

Capítulo II

As revistas na I República (1910-1926)

Magazines during the First Republic (1910-1926)

Celiana Azevedo

Instituto Politécnico de Setúbal,
NOVA — FCSH e ICNOVA —
Instituto de Comunicação da NOVA
celiana.azevedo@ese.ips.pt
ORCID ID: 0000-0002-1768-2525
CIÊNCIA ID: 0E10-C185-DB0A

Jorge Pedro Sousa

Universidade Fernando Pessoa
e ICNOVA — Instituto de Comunicação da NOVA
jpsousa@ufp.edu.pt
ORCID ID: 0000-0003-0814-6779
CIÊNCIA ID: 4110-C40A-9ACF

Resumo: Enquanto na Monarquia as revistas se sucederam num ritmo vertiginoso, na I República isso não aconteceu. Somente as revistas *ABC*, *Ilustração* e *Ilustração Portuguesa*, que já vinha da Monarquia, foram relevantes nesse período. A *Domingo Ilustrado*, uma publicação popular, durou, somente, três anos — mas abriu as portas à mais sofisticada *Notícias Ilustrado*. Várias revistas importantes do tempo da Monarquia desapareceram. A revista *Serões* terminou a publicação em 1911; a revista *Brasil-Portugal*, em 1914; e a revista *O Ocidente*, no ano seguinte. Uma revista generalista, para singrar numa sociedade cada vez mais industrializada e complexa, exigia meios vultuosos e uma capacidade editorial notável, orientada para seduzir um público cada vez mais vasto e interclassista por meio de palavras e imagens, particularmente de fotografias — muitas fotografias. O carácter quase artesanal e, em certos casos, elitista, de muitas das revistas da Monarquia não tinha forma de ser replicado no século XX. A influência da imprensa e, no caso, das revistas na sociedade portuguesa tornou-se particularmente evidente durante a I Guerra Mundial, período durante o qual o Governo português, na senda, aliás, do que fizeram outras potências beligerantes, tentou usar a imprensa para propaganda e chegou a criar revistas propagandísticas, como a *Portugal na Guerra*, que, ainda que publicada em Paris, chegava, também, a Portugal. Com a ela encerrar-se-á esta narrativa histórica sobre as grandes revistas generalistas portuguesas durante esse período tumultuoso da história de Portugal — a I República.

Palavras-chave: história da imprensa; história das revistas; Portugal; I República.

Abstract: While during the Monarchy magazines followed each other at a dizzying pace, in the First Republic this did not happen. Only the magazines *ABC*, *Ilustração* and *Ilustração Portuguesa* were relevant in this period. *Domingo Ilustrado*, a popular publication, lasted only three years, although open the doors to the important and sophisticated magazine *Notícias Ilustrado*. Several important magazines from the time of the Monarchy disappeared. The magazine *Serões* ended its publication in 1911; the magazine *Brasil-Portugal*, in 1914; and the magazine *O Ocidente*, in the following year. So, in order to succeed in an increasingly industrialized and complex society, a generalist magazine required enormous resources and a remarkable editorial capacity, to seduce an increasingly broad and inter-class audience through words and images, particularly photographs — lots of photographs. The almost artisanal and, in some cases, elitist character of many of the magazines of the monarchy had no way of being replicated in the 20th century. The influence of the press and, in this case, magazines, in Portuguese society became particularly evident during World War I, a period during which the Portuguese government, following the example of other belligerent powers, tried to use the press for propaganda and even created propaganda magazines, such as *Portugal na Guerra*, which, although published in Paris, also reached Portugal. With it, this historical narrative on the major Portuguese generalist magazines during that tumultuous period in Portugal's history — the First Republic — will come to a close.

Keywords: history of the press; history of magazines; Portugal; First Republic.

Introdução

A I República, período que vai de 5 de outubro de 1910 a 28 de maio de 1926, foi fértil em agitação política, por vezes violenta. Além disso, novas ideias — com repercussões políticas — expandiam-se em Portugal. A conjuntura refletiu-se na imprensa, setor sempre sensível à necessidade humana de informações e de expressão da opinião e das ideias, particularmente nas sociedades livres. Várias revistas confessionais, doutrinárias, filosóficas,

estético-literárias e outras foram, assim, publicadas no país durante esse período¹. O subsector das revistas cómicas e satíricas² também vivenciou tempos benévolos. Mas, tendo em conta as suas linhas editoriais, não cabem neste estudo, dedicado à história das revistas generalistas durante e I República, já que o propósito dessas publicações não era a *informação geral*, mas sim a persuasão, ou o estudo de determinadas doutrinas, ideias e tendências estéticas, ou ainda a literatura e as artes ou as ciências, ou mesmo a sátira política e social. Isso não significa que não tenham tido um papel de relevo na sociedade portuguesa, porque o tiveram (Seabra, 1996).

As principais revistas de *informação geral*³ surgidas no curto período de quase 16 anos da I República foram a *ABC — Revista Portuguesa* (1920-1931), *O Domingo Ilustrado* (1925-1927) e a *Ilustração* (1926-1939), que se juntaram, no mercado, à célebre *Ilustração Portuguesa* (1903-1924), à *Ocidente* (1878-1915), à *Brasil-Portugal* (1899-1914) e à *Serões* (1901-1911), que já vinham da Monarquia⁴. Em conjunto, essas revistas lançaram os alicerces para as futuras revistas ilustradas de informação geral de atualidades, como a revista de pendor modernista *Notícias Ilustrado* (1928-1935), sucessora do *Domingo Ilustrado*, e outras que, inclusivamente, acompanharam o século XX no país até aos anos setenta, casos, por exemplo, da *Flama*, de 1937 (1937 [1944]-1976), e, principalmente, de *O Século Ilustrado*, de 1938 (1938-1978), que, de algum modo, sucedeu à *Ilustração Portuguesa*. A *ABC* terá cessado a publicação porque os seus editores pretenderam lançar um diário.

Enquanto na Monarquia as revistas se sucederam quase em catadupa, na I República isso não aconteceu. Na verdade, considerando este segmento da imprensa, somente a *ABC*, a *Ilustração* e, particularmente, a *Ilustração Portuguesa* foram relevantes nesse período. A *Serões* sucumbiu logo em 1911; a *Brasil-Portugal*, em 1914; e *O Ocidente*, no ano seguinte.

1 Casos das revistas *A Águia* (Porto, 1910-1932), arauto do movimento da Renascença Portuguesa; a *Ilustração Católica* (Braga, 1913-1919), de informação e doutrina confessional, muito perseguida pelos republicanos, apesar de publicar muitas notícias; a *Nação Portuguesa* (Lisboa, 1914-1938), cultural, política e doutrinária, tal como a *Seara Nova* (Lisboa, 1921-1979), a *Alma Nova* (Faro e, depois, Lisboa, 1914-1929, com várias interrupções) e a *Presença* (Coimbra, 1927-1940); a *Biblos* (Coimbra, 1925 — ...), literária; a *Orpheu*, arauto do Modernismo (Lisboa, 1915); a *Contemporânea* (Lisboa, 1915 e 1922-1926), eclética e modernista; e outras, como a *Portugália* (Lisboa, 1925-26), a *Atlântida* (Lisboa, 1915-20), *A Renascença* (Lisboa, 1914), *A Galera* (Coimbra, 1914-1915), *A Rajada* (Coimbra, 1912), *Pela Grei* (Lisboa, 1918-1919), *Homens Livres* (Lisboa, 1923), *Lusitânia* (Lisboa, 1924-1927), *A Vida Portuguesa* (Porto, 1912-1915), *Revista Portuguesa* (Lisboa, 1923), *Dionysios* (Coimbra-Porto, 1912-1928), *Limiana* (Viana do Castelo, 1912-1917), *Ícaro* (Lisboa, 1916), *Lusa* (Viana do Castelo e Porto, 1917-1924), *Bizâncio* (Coimbra, 1923-1924), *Arquivo Literário* (Lisboa, 1923-1928), *Gil Vicente* (Guimarães, 1925-...) e *Germinal* (Lisboa, 1916-1917). Realce, igualmente, para a importante revista de cultura católica *Brotéria*, que já vinha da Monarquia, tendo iniciado a sua publicação em 1902 e subsistindo até hoje.

2 Casos de *O Zé* (Lisboa, 1910-1919), *O Moscardo* (Lisboa, 1913), *A Choldra* (Lisboa, 1926), *Os Ridículos* (Lisboa, 1895-1963, que vinha da Monarquia), *O Thalasa* (Lisboa, 1913-1915), *O Papagaio Real* (Lisboa, 1914). etc. *O Século* tinha o seu *Suplemento Ilustrado*, depois reconvertido em *Suplemento Humorístico* (Lisboa, 1913-1921), e outras publicações.

3 Sublinhe-se que o objeto da investigação se circunscreve às revistas que podem ser consideradas de *informação geral* e, portanto, antepassadas das atuais *newsmagazines*. Revistas especializadas, confessionais, literárias, científicas e outras não integraram o estudo.

4 Cf. capítulo 1.

Várias razões poderão ser aduzidas para explicar a raridade da fundação de novas revistas durante a I República. Por um lado, a estrutura do mercado dos *media* tinha mudado. O grande público tinha-se habituado a revistas cada vez mais sofisticadas, em sintonia com o seu tempo, com um perfil editorial diversificado, ainda que centrado na informação, graficamente apelativas, nas quais a informação visual fosse prioritária. As revistas de informação geral, na I República, exigiam, pois, uma infraestrutura produtiva mais pesada e investimentos mais substanciais em recursos financeiros, técnicos e humanos do que as revistas surgidas no tempo da Monarquia.

Por outro lado, a instabilidade política da I República, as tentativas — por meios legais, mas também por atos violentos — de controlo da imprensa e a crise económica, agravada pela I Guerra Mundial (1914-1918), conflito no qual Portugal se viu indiretamente envolvido, em África e no Atlântico, logo que deflagrou, e diretamente envolvido, a partir de 1916, geraram um ambiente pouco propício ao investimento em novos projetos mediáticos. Aliás, a primeira revista a surgir na I República, a *ABC*, só foi lançada nas bancas em 1920, dez anos após a proclamação revolucionária da República e dois anos após o final da Grande Guerra; a segunda, *O Domingo Ilustrado*, lançada em 1925, acompanhou a queda da I República. Seguiu-se-lhe a *Ilustração*, datada uns meros meses antes da imposição, igualmente revolucionária, da Ditadura, que abriria caminho ao Estado Novo.

Observando-se o quadro 1, pode dizer-se que, na I República, o mercado editorial das revistas continuou concentrado em Lisboa, mesmo que, a partir da capital, essas publicações tivessem distribuição nacional. Os seus preços, quando comparados com os das revistas da Monarquia, parecem elevados, mas, na verdade, corrigidos pelo valor da inflação, não destoam. Além disso, nota-se que tanto a *ABC* como a *Domingo Ilustrado* e a *Ilustração* apresentavam dimensões generosas, superiores àquelas que hoje são comuns nas *newsmagazines*, mas em linha com as revistas ilustradas de informação geral do final da Monarquia⁵. O número de páginas aumentou na *ABC* e na *Ilustração*, pois uma revista do século XX já não podia apresentar-se ao público com um número modesto de páginas. Sem surpresas, a fotografia afirmava-se como suporte preferido para a informação visual, especialmente na *ABC* e na *Ilustração*. *O Domingo Ilustrado*, por sua vez, apresentou-se ao público com características de destoavam das novas tendências. Possuía poucas páginas (12), onde predominava a gravura sobre a fotografia. Esses foram, provavelmente, alguns dos motivos que levaram à sua extinção após três anos de publicação, para dar lugar à mais sofisticada *Notícias Ilustrado*, já depois do fim da I República.

5 Cf. capítulo 1.

Quadro 1

Principais revistas portuguesas de informação geral cuja publicação se iniciou em na I República.

Título	Anos de publicação	Local de edição	Preço (inicial)		Dimensões (cm)/área da página (cm ²)	Páginas	Periodicidade	Forma dominante de ilustração
			Exemplar	Assinatura anual				
ABC — Revista Portuguesa	1920-1931	Lisboa	300 [\$0,30]	12000 [12\$000]	21,5x30,5 656	33	Semanal	Fotografia
Promotores: Rocha Martins, Mimon Anahori e Oliveira Abrantes (secretário de redação).								
<i>Domingo Ilustrado</i>	1925-1927	Lisboa	1000 [1\$00]	48000 [48\$00]	30x37,5 1125	12	Semanal	Gravura
Promotores: Leitão de Barros e Martins Barata (diretores) e Eduardo Gomes (diretor gerente). Pertencia à empresa O Domingo Ilustrado.								
<i>Ilustração</i>	1926-1939	Lisboa	4000 [4\$00]	84000 [84\$00]	24x33,5 804	40	Quinzenal	Fotografia
Promotores: Editora Aillaud/Bertrand, do antigo jornalista Artur Brandão; João da Cunha Eça (fundador e primeiro diretor, até 1928); João de Sousa Fonseca (diretor de 1928 a 1931); Empresa Nacional de Publicidade — Diário de Notícias (1931 em diante); António Ferro (diretor durante quatro números, em 1931); e Arthur Brandão (diretor após 1931 até ao final da vida da revista). Rocha Martins (1942, p. 112), coevo da publicação, diz que a revista também foi dirigida pelo jornalista Gomes Monteiro.								

Fonte: elaboração própria.

Nota: excluem-se as revistas iniciadas na Monarquia, como a *Ilustração Portuguesa*.

2.1. ABC — Revista Portuguesa

A primeira revista ilustrada de informação geral da I República, a *ABC — Revista Portuguesa*, foi fundada por Mimon Anahori e Rocha Martins e teve a publicação do seu primeiro número em 15 de julho de 1920 e o último à data de 24 de setembro de 1931. Após 1931, ainda foram publicados vários números para garantia de título, sendo que o último surgiu em março de 1940. No âmbito da *ABC* lançaram-se mais duas revistas, a *ABC-zinho*, uma revista infanto-juvenil publicada, em Lisboa, entre outubro de 1921 e setembro de 1932, e a revista semanal de atualidades com característica satírica-humorística, *ABC a Rir*.

Assim, *ABC — Revista Portuguesa* surge como uma revista da I República, de periodicidade semanal, com 33 páginas, escrita, maioritariamente, em duas colunas, que saía à quinta-feira (trazia na sua capa interna “As quintas feiras leituras ilustradas para todos — *Revista Portuguesa*”), impressa em preto-e-branco, porém com capa e contracapa coloridas. A sede da redação, escritórios e oficinas localizavam-se na rua do Alecrim, 65, Casa das Máquinas, 72 e rua Atalaia, 74, em Lisboa, respetivamente. No lançamento da *ABC*, Fausto Villar figurava como editor e Rocha Martins como diretor da revista.

Francisco José da Rocha Martins nasceu em Lisboa (1879 - 1952), foi jornalista, historiador, escritor, ativista político e foi cofundador da revista *ABC*. Esteve também envolvido na origem do projeto da *Ilustração Portuguesa*⁶ e é considerado um dos responsáveis por dar

6 Ele próprio o afirma na sua *Pequena História da Imprensa Portuguesa* (cf. capítulo 1).

grande espaço ao fotojornalismo de quotidiano. Era um monárquico liberal e fiel ao rei deposto D. Manuel II, mesmo depois da implantação da República Portuguesa. Inicialmente, foi entusiasta e colaborador com a Ditadura Nacional desempenhando função de assessor de imprensa do ministro Henrique Linhares de Lima. Contudo, possuía uma posição contrária a Salazar e deixou-a claro ao escrever artigos críticos ao regime, nomeadamente, no jornal *A República* quando clamava: “Fala o Rocha, o Salazar está à brocha”⁷.

O apoio à Ditadura Nacional, como veremos mais à frente, figurou, de maneira explícita, nas páginas da *ABC*, assim como um pesar pelo fim da Monarquia. Como exemplo, Rocha Martins comentou trechos do seu recém-lançado livro *D. Manuel II, História do seu Reinado e da Implantação da República* nas páginas da revista, em junho de 1931, muito próximo da sua extinção e quando já há muito a *ABC* passava pela censura.

D. Carlos caído, com seu filho, num lago de sangue, a redimir, era para a minha alma, que sempre continuou romântica, como o símbolo da injustiça. Aquela cilada feria-me; aquele rei abatido na praça pública, aquele príncipe sacrificado junto de seu pai, agouravam-me mal do futuro de um regime alicerçado em tais caboucos: o sangue e a alma da rua. Depois vivi os dois anos do reinado de D. Manuel II, fui como uma sombra impotente, vagueando entre batalhas e ruínas sem conhecimento dos reis, distanciados de mim nos seus paços; pobre jornalista sem nome, no âmbito dos políticos estranhos de audácia e de ambição; liberal caído no referver das paixões em que da liberdade se falava para melhor a conspirar. Tudo isso, me lembrou, ao cabo de vinte anos; e, desapaixonado, sereno, crítico de mim próprio e dos outros, quis de alma lavada e de pena límpida, nas intenções, descrever como foi possível, em horas, derrubar um regime de oito séculos (*ABC*, 18 de junho de 1931, p. 1).

Enquanto a revista teve outros editores, Rocha Martins permaneceu na *ABC* como diretor-fundador até à publicação deixar de existir, inclusivamente, exercendo uma participação muito ativa na produção de peças. É ele quem, a partir de 2 de abril de 1931, assina, os textos de página inteira da secção “A Abrir”, na primeira página da revista, onde abordava assuntos diversos que iam desde factos históricos a reflexões sobre experiências pessoais.

A nível gráfico, a revista *ABC* distinguiu-se pelas capas coloridas, quase sempre compostas por uma ilustração ou fotografia e um título. As ilustrações traziam sempre a assinatura dos seus autores, alguns dos melhores artistas gráficos modernistas portugueses, como Stuart Carvalhais (que também colaborou com outras publicações, como a *Ilustração Portuguesa* e a *Ilustração*) e, principalmente, Jorge Barradas e Emérico Nunes. O *layout* variava, tal como o logótipo, de número para número. O *design* interno da revista ancorava-se em duas

⁷ <http://maltez.info/biografia/martins%20rocha.pdf>

ou três colunas, rompidas pelas imagens e arranjos gráficos, o que daria impressão de vigor e atualidade. As suas páginas eram repletas de fotografias e outros tipos de iconografia e eram compostas, inicialmente, a preto-e-branco, até porque uma solução colorida seria tecnológica e financeiramente inviável, em 1920. Somente a partir de agosto de 1930 a revista passou a ter cor em algumas páginas interiores, porém monocromáticas. A revista era publicada em papel couché e na data de seu lançamento custava 30 centavos. O preço por exemplar passou para 50 centavos em junho 1921, 1 escudo em outubro de 1922 e 1\$50 escudos em junho de 1924, permanecendo com este preço até a sua extinção.

Como já referimos, o número 1 da revista *ABC* tem a data do dia 15 de julho de 1920, mas este foi antecedido por um “número 0” ou “*specimen* grátis”, como a própria revista o autointitulou, distribuído gratuitamente ao público. Apesar de não termos identificado a sua data, a mais provável será o dia 8 de julho de 1920.

No seu número 1, a revista trazia uma nota com informações sobre a tiragem da edição gratuita, de que forma ela foi distribuída e quais eram os objetivos a serem alcançados junto ao público. Portanto, a revista *ABC* fazia a sua primeira campanha publicitária de autopromoção com a finalidade de apresentar-se e conquistar os portugueses, impulsionando as vendas de exemplares e assinaturas e, ao que consta, teria atingido esta meta, sendo desde o início um sucesso.

Imprimimos 93.714 exemplares, *specimens*, que foram distribuídos gratuitamente por pessoas de todas as classes sociais. Cada exemplar levou incluído um impresso-postal em que pedíamos que nos devolvessem a parte do boletim com uma resposta, se sim ou não os destinatários desejavam assinar o *ABC*. O êxito do *ABC* (revista portuguesa) foi muito além do que podíamos esperar, excedeu todos os cálculos, ultrapassou a melhor expectativa. Apesar de estarmos preparados, com oficinas próprias instaladas com todos os aperfeiçoamentos modernos e de termos stocks de papel que nos permitem atender os pedidos de assinaturas e vendedores, precisamos para contemplar o êxito já obtido, de organizar metodicamente todos os nossos serviços administrativos” (*ABC*, 15 de julho de 1920).

O número gratuito da *ABC* traz na capa uma gravura artística colorida de uma jarra com flores assinada por Stuart. Nessa jarra, há, em azul, o número 1920, o ano em que a revista está a lançar a sua primeira publicação, emoldurado e corado de forma rebuscada. A capa interior trazia sempre uma grande fotografia que ocupava toda a página acompanhada de uma legenda e que funcionava, muitas das vezes, como uma chamada de primeira página, pois o facto noticioso poderia ser desenvolvido no interior da revista. No caso da edição gratuita, corresponde a uma grande festa de caridade que ocorrera em Lisboa.



Figuras 1 e 2
 Capa e capa interior da edição gratuita da revista ABC.
 Fonte: reproduções do original.

A revista surge, portanto, cerca de dois anos após o fim da Grande Guerra quando a Europa e o mundo ainda estavam a tentar recuperarem-se. A situação em que Portugal se encontrava naquele momento passava, em grande medida, por um país de instabilidade política, mas, acima de tudo, rural, empobrecido e com as maiores taxas de inflação de sempre. Isso porque a República herdara da Monarquia um país agrário, com 66,2% da população a viver na zona rural, mas que, apesar disso, não produzia o suficiente para alimentar os seus habitantes (Proença, 2015). Assim, a revista apresentou-se à sociedade portuguesa, na sua publicação gratuita, fazendo uma referência metafórica ao difícil momento social em que o país estava, ao comparar Portugal a um “comboio monstruoso”, mas que teria a ABC para ajudar a guiá-lo. Essa peça, intitulada “O Programa do ABC”, não está assinada, ocupa toda uma página e traz a figura de um anjo, sentado entre flores, a ler a revista.

ABC aparece num momento de crise social, surge num instante de cruel indecisão, de ansiosa expectativa para todo o mundo, mas que, em Portugal, se caracteriza pela descrença, pelo pavor que gera o mais formidável egoísmo. A sociedade portuguesa parece ter sido lançada para o interior e um comboio monstruoso, o qual, ora arrastando-se, ora precipitando-se, passa rugindo no fundo negro de um túnel. Dentro da carruagem todos se empurram, todos se encaram rancorosamente

enquanto a máquina se move ao som de um estrondo clamor de imprecações. São estes os viajantes. De quando em quando aparece no escurentado espaço uma luzinha a brilhar, lembrando uma estrela em um céu turvo, e os que a veem, em vez de a sentirem como uma esperança continuam as suas lutas, indiferentes, ambicionando que a treva não se acabe. O Hálito molhado da locomotiva, que embacia os luzeiros, é o sopro gigantesco de seis milhões de bocas prontas a apagar essa luz que, de quando em quando surge, lampeja na treva grossa, espessa, forte. (...) *ABC* aparece nesta sociedade disposto a dizer franca, clara e desassombradamente como ela se se corrigirá, vem com a sua bagagem em que há, com as futilidades para as senhoras e os brinquedos para as crianças se alegrarem no cantinho que lhes cabe, a ansiedade de um auxílio dessas mulheres tão corajosas e tão boas que serão dentro dos lares as ajudas maiores para a transformação que se pretende operar (*ABC*, número espécimen, p. 2).

Mais à frente, nessa mesma peça, a revista posiciona-se politicamente como neutra, como quase todas as publicações afirmavam ser. O seu lema seria: “*ABC* só reconhece uma política tanto na alta como na baixa sociedade: a do trabalho. *ABC* só tem um partido: o dos trabalhadores” (*ABC*, número espécimen, p. 2).

Uma característica em que a revista *ABC* se destacava das demais revistas deste mesmo período é o facto de trazer muitas peças assinadas. Isso reforça a importância dos colaboradores e jornalistas que trabalharam na *ABC* ao longo de toda a sua existência e, alguns deles, dignos de elogios: “São dos nossos mais queridos colaboradores Pedro Bordallo Pinheiro e Stuart Carvalhais cuja ação desenvolvida no *ABC* é digna de todo o elogio. Pedro Bordallo é um empreendedor artista que não falha na dinastia bordalenga; Stuart Carvalhais é um artista, também de superiores qualidades, como o tem demonstrado em diversas publicações e agora nalgumas das capas do *ABC*” (*ABC*, 15 de julho de 1920, p. 8).

Na edição que foi distribuída gratuitamente já figuravam todos os editores, colaboradores e colaboradoras da revista. Inicialmente, possuía 21 diretores que se ocupavam das diversas secções, algumas delas publicadas semanalmente e outras a cada 15 dias. As secções dividiam-se da seguinte forma: 1. A secção de arte tinha como diretor Carlos Lallemand; 2. O capitão-tenente Peres Trancoso representava a secção colonial; o reverendo Pinheiro Marques, secção religiosa; 4. Mello Breyner de Vasconcellos, secção de agricultura; 5. General Adriano Beça, secção militar; 6. Luiz de Freitas Branco, secção musical; 7. Professor Cunha Belém, secção pedagógica; 8. Rosado Fernandes, secção dos estudantes; 9. Álvaro Maya, secção de crítica literária; 10. Carlos Farinha, secção de desporto; 11. Paulo Leite, secção agrícola; 12. Victoriano Braga, secção de crítica teatral; 13. José Bedy, secção de trabalho; 14. Contreiras, secção cinematográfica; 15. António Ayres, secção de veterinária; 16. José Maria dos Santos (Santonillo), representante *ABC* para o estrangeiro; 17. Luiz Trigueiros, secção de elegância; 18. Lourenço Cayolla, secção financeira; 19. Francisco António Correia, secção comercial; 20. Tenente da Marinha Marques Esparteiro, secção naval; 21. José Paulo da Camara, secção “Portugal em Flagrante”.

A revista sempre apostou num leque grande de temáticas a serem tratadas em suas páginas, certamente com o objetivo de angariar o maior número possível de leitores. A própria *ABC* explica cada uma de suas secções:

Além do aspeto artístico do semanário, os seus variados assuntos desde “Portugal em Fragrante” no qual são comentados os acontecimentos nacionais em espirituosos, contundentes ou livres *sueños* até as curiosas questões das “Colónias” que tanto há a explorar sob o ponto de vista do seu fomento e do seu pitoresco até às doces e belas cenas “Religiosas”, tudo a *ABC* descreverá pelas penas ilustres dos seus colaboradores, alguns dos quais não figuram, por modéstia e recato, na página onde juntamos não só as mais diversas aptidões, mas as mais variadas opiniões políticas. A “Agricultura” é tratada nas cónicas semanais dando-se na secção respectiva todas as consultas tanto em relação às questões propriamente agrícolas como às veterinárias para o que bastará enviar a nota do que se pretende saber aos diretores destas secções. “A Vida Militar e a Marinha Nacional” são secções que estão entregues a dois membros dessas classes que têm as suas reputações firmadas, um na plenitude da sua consagração, o outro um novo de alto valor, vão narrar não só as epopeias, mas as questões técnicas que dia a dia se introduzem nos exércitos e nas armadas de todo o mundo. “A Música” com as anedotas dos compositores celebres com as mais honestas e brilhantes críticas constituirá uma desenvolvida secção com a da “Medicina” tanto nas suas mais científicas como nas suas mais simples manifestações e na qual hão de caber os ditos, os factos, as coisas referentes aos grandes homens da ciência. Os modernos processos, as coisas curiosas que dia a dia se descobrem serão quinzenalmente assinaladas por um médico de categoria, ocupa o lugar que a *ABC* lhes destina. A “Pedagogia” deve formar com o “ABC dos Estudantes” um curioso núcleo de interesses académicos. Numa, um ilustre professor fará o ensinamento, a entrevista com os grandes sábios e tratará de todas as reclamações dos autores de ensino que lhe forem enviadas, na outra, um estudante, as ideias, tudo quanto possa ser útil aos estudantes e que será tratado aí com o rigor ou com a *charge*. Essas páginas são o porta-voz dos que ensinam e dos que estudam (...). (*ABC*, número *espécimen*, p. 4).

Para além das secções descritas no excerto acima, a revista também contava com páginas dedicadas à “Crítica Literária”; “Crítica Teatral”; “Estrangeiro” onde se poderiam ver as fotonotícias de acontecimentos internacionais; “Cinematógrafo” dedicado ao cinema; e “Sport”; secções destinadas às discussões sobre capitalismo e as diversas profissões: “Trabalho”, “O Comércio”, “Indústria” e “Finanças”; e finalmente, “As Elegâncias de ABC” dedicada temáticas relacionadas ao luxo e à moda.

A revista tinha, assim, um especial interesse em tratar de assuntos ligados aos trabalhadores, pois, para além de dedicar uma secção exclusivamente a essa temática, tratava deste assunto um pouco por todos os números. A título de exemplo, poderíamos citar, na revista número 1, as páginas com o título “A força que se aniquila” e “A fraqueza que labuta”. Nessa

última, a peça critica o facto de existirem crianças que trabalham nas ruas, ao dizer que “Há em Portugal uma infância que trabalha e que se devia aproveitar talvez mais utilmente; há entre nós boas vontades que se devem dirigir, inteligências que desabrocham e seria necessário um trabalho de assistência e seleção para dar a devida recompensa a esses pequenos heróis da cidade que tão estranhamente contrastam com os criminosos que tomam com sua inércia as praças públicas” (ABC, 15 de julho 1920, p. 17). A peça sobre as crianças contrasta com uma crítica que a revista faz sobre a “lei das 8 horas de trabalho”:

ABC ordenou ao seu fotografo: passe duas horas, ao acaso, por Lisboa e fotografe os sinais de mandriice que vir. Lestamente, o repórter partiu com seu Kodak e com sua sagacidade. Esta não foi necessário empregá-la, tantos casos se lhe depararam. Voltou ao cabo duma hora e são os clichés juntos, parte das expressões que topou nas ruas, nos jardins, nas praças, das 2 às 3 de uma tarde, quando toda a gente devia estar a trabalhar nas suas oficinas, nos seus escritórios, nas suas obras, nos seus estudos. Esta página dá a fisionomia de parte de uma capital; é o seu rosto que surge tocado pela ociosidade. Realmente não se compreende uma cidade de preguiça quando há um instinto de vida honesta” (ABC, 15 de julho 1920, p. 16).



Figuras 3 e 4
 ABC, 15 de julho 1920, pp. 16-17.
 Fonte: reproduções do original.

Ademais dos diretores, todos do sexo masculino, a *ABC* possuía um número impressionante de colaboradores também homens, 92, que identificou com retratos fotográficos, na edição gratuita. Do conjunto faziam parte personalidades das mais variadas áreas, mas, principalmente, da literatura, das ciências, e das artes como João Grave, Luís Trigueiros, Gomes Leal, Manuel Ribeiro, Adolfo Coelho, Ferreira de Castro, Reinaldo Ferreira (o Repórter X), Mário Domingues e Norberto de Araújo, entre outros. Neste ambiente masculino, a revista contava ainda com 12 colaboradoras identificadas com fotos, entre poemas, também na edição gratuita: Branca de Gonta Colaço; Condessa de Vinhó e Almedina; Domitília de Carvalho; Magdalena Patrício; Virgínia Victorino; Margarida Canavarro; Cândida Ayres; Maria de Carvalho; Albertina Paraíso; Maria Vassalo; Maria O'Neill; e Fernanda de Quadros. A revista também apresentou aos portugueses os seus representantes no Porto e no norte do país. Raúl Cadevilla era a pessoa responsável pela publicidade, Álvaro Martins ocupava-se da fotografia, o delegado redatorial era Mário Carregal, Alberto de Meneses Mourão ocupava-se da parte administrativa e Castro Lopes pela secção de elegâncias.

Nota-se, desde a publicação gratuita, que a *ABC* tinha um especial cuidado em conquistar o público feminino ao dedicar nas suas páginas um espaço significativo a temáticas que interessassem às leitoras ou fazendo na sua primeira publicação, como vimos acima, uma referência à importância das mulheres para a reconstrução da sociedade portuguesa. Para além de ter mulheres como colaboradoras, possuía pelo menos três secções dirigidas exclusivamente a elas — “Modas”, “Confidências femininas do *ABC*”, “Histórias das futilidades femininas” e “Grafologia”. Esta última, era uma secção de grande sucesso entre as mulheres, tornando-se um elo de ligação entre as leitoras e a revistas, visto que o objetivo era que elas escrevessem para a revista para que pudessem ter conselhos e uma descrição de suas personalidades com base em suas caligrafias. A procura era tão grande que no primeiro número podia-se ler logo na segunda página a seguinte nota: “Para as nossas leitoras — A afluência de cartas, a ansiedade com que se nos dirigem, já muitas centenas de leitoras, pedindo respostas na secção de ‘Grafologia’, obrigam-nos a dedicarmos, no próximo número, um larguíssimo espaço a essas respostas que tanto interessam as nossas amáveis e gentis leitoras” (*ABC*, 15 de julho de 1920, p. 2). Curiosamente, tão grande foi o sucesso da secção “Grafologia” que na edição de 26 de agosto de 1920 a revista passa a cobrar por cada leitora a análise de sua personalidade com base na grafia:

A avalanche de correspondência dirigida à secção de Grafologia é tão grande que a administração do *ABC* querendo responder a todas as consultas tem de desdobrar estes serviços por mais de uma pessoa versada nessa ciência. Para tal efeito teve também que organizar uma secção especial expediente. Todos estes encargos representam um grande dispêndio para o *ABC* que se vê forçado a cobrar a pequena soma de 50 centavos (500 réis) por cada consulta que seja feita à secção de Grafologia, isto à semelhança de todas as revistas e jornais estrangeiros que se ocupam desta interessante ciência (*ABC*, 26 de agosto de 1920, p. 7)

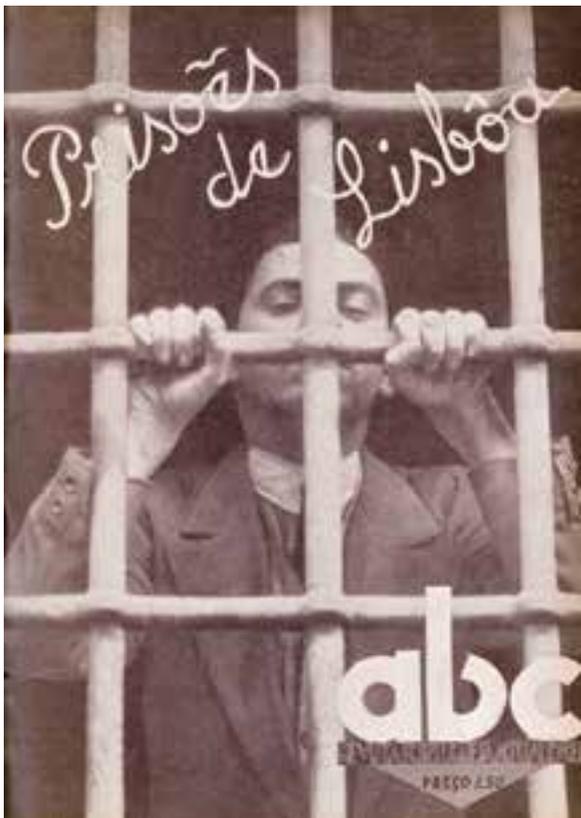


Figura 5
 Capa da ABC, 19 de fevereiro de 1931.
 Fonte: reprodução do original.



Figuras 6 e 7
 Reportagem ilustrada, 19 de fevereiro
 de 1931, pp. 22-23.
 Fonte: reproduções do original.

A revista, desde o princípio, tinha a preocupação em indicar os créditos das gravuras e fotografias, um sinal claro de que a iconografia era de grande importância em suas páginas. Portanto, a *ABC* destacou-se sempre pelos aspetos artísticos e a grande dedicação à imagem. Isso ficou claro logo nos primeiros números, pois, ao folhearem-se as suas páginas, era muito raro encontrar uma em que não houvesse gravuras ou fotografias. Muito pelo contrário, o que era habitual era um número múltiplo de imagens em cada página. A título de exemplo, contaram-se 249 gravuras e fotografias no número gratuito da *ABC* e, apesar de ter sido uma edição excepcionalmente consagrada à imagem, a tendência continuou nos números subsequentes.

Como já referimos, a revista, inicialmente, trazia nas suas capas gravuras, mas com o passar do tempo abandonou-as por completo, sendo que a última publicação em que traz uma imagem desse género na capa data de 20 de novembro de 1930. A partir daí, a fotografia ganha, em definitivo, a capa, mesmo que, inicialmente, não tivessem grande interesse informativo, visto que eram escolhidas, muitas vezes, imagens de artistas de renome internacional, normalmente belas mulheres, para estampar as suas capas. Somente a contar do seu penúltimo ano de existência, 1930, a *ABC* passa a usar em definitivo a fotografia como uma vertente informativa nas capas. A edição de 19 de fevereiro de 1931, por exemplo, traz como tema de capa uma reportagem sobre as prisões em Lisboa. Esse tipo de abordagem jornalística aproxima-se do que hoje encontramos corriqueiramente nas revistas de todo mundo, mas, para a época, seria considerado um traço de modernidade e inovação.

Dada a importância que a iconografia possuía na *ABC*, as fotografias estavam, em grande medida, identificadas com legendas e autoria e, muitas vezes também traziam a seguinte informação: “fotografia tirada expressamente para o *ABC*”. Assim, foi possível identificar alguns fotógrafos (fotojornalistas) e empresas fotográficas, os responsáveis pelos “clichés”⁸ que colaboraram com mais frequência com a revista *ABC* como foi o caso de Fotografia Bobone, Álvaro Martins (fotógrafo da *ABC* no Porto), Maurice (correspondente da *ABC* em Paris), Gambeta, Menezes, Central News, Felix Barbosa, Benoliel.

Podemos afirmar, portanto, que o que distinguia esta revista das demais publicações similares da época era a importância que dava à iconografia e às artes gráficas, mas também o facto de ter uma maior variedade de temáticas, como é o caso das secções dedicadas a assuntos financeiros, à agricultura e à veterinária, algo que as outras revistas nascidas na I República — *Domingo Ilustrado* e *Ilustração* — não possuíam.

Na *ABC*, a última página era sempre dedicada, exclusivamente, à divulgação das mais variadas empresas e negócios, mas também poderíamos encontrar esse tipo de anúncios um pouco por toda a revista, mas, principalmente, a ocupar a parte inferior das páginas. Era Francisco António Correia o diretor da secção comercial e Raul Caldevilla o responsável pela

8 Na época, emprega-se o nome “cliché” para designar as fotografias.

publicidade no Porto e no norte do país, um sinal de que dava uma especial importância à área financeira da revista, onde se incluía a publicidade. Com o intuito de vender espaço nas suas páginas para anúncios e aumentar os seus lucros, a *ABC* vinculava o seu poder publicitário ao sucesso da sua tiragem. Ainda em 1920, três semanas após o seu lançamento, a revista já dizia possuir a terceira maior tiragem do país: “O poder publicitário da imprensa está em relação às suas tiragens — “*ABC*” ocupa já o 3.º lugar dessa categoria — Anuncie no “*ABC*” (*ABC*, 22 de julho de 1920, p. 23).

O estilo de narrativa da revista *ABC* era bastante eclético, mas tinha como principal género jornalístico a notícia, apesar de recorrer, muitas vezes, à reportagem e a artigos de opinião. Dentre os vários exemplos que podemos encontrar ao longo dos seus onze anos de existência, poderíamos destacar uma série de reportagens sequenciais sobre a Rússia, publicadas no decorrer de 1926, que motivaram, inclusivamente, uma alteração nas capas, com o logótipo da revista sendo adaptado para “*ABC* a revista portuguesa na Rússia”. Tratava-se de peças assinadas pelo Repórter X sobre a vida dos soviéticos⁹, publicadas no ano anterior, 1925, mas cuja procura foi tão grande que esgotou as edições da revista, fazendo com que a *ABC* republicasse esses conteúdos a partir de 7 janeiro de 1926.

O grande êxito que a narrativa da vida dos soviéticos tem despertado, já fez esgotar duas vezes as tiragens dos primeiros números da *ABC* em que foi publicada. Não há exemplo de tão grande sensibilidade do público diante de uma reportagem e sobretudo em um momento em que assuntos sensacionalistas tem interessado o país. De todos os pontos nos pedem exemplares que não temos e como é impossível fazer a repetição dos números por completo, recomeçamos hoje a publicar os primeiros folhetins da “Rússia dos Sovietes” para que todos possam ler esse trabalho de verdade, de dores, de lágrimas, que será apenas inserto em Portugal nas páginas do *ABC* (*ABC*, 7 janeiro de 1926, p. 4).

9 Provavelmente, essas reportagens foram escritas em França. Reinaldo Ferreira nunca terá visitado a União Soviética.



Figuras 8 e 9
Capas da ABC — 7 janeiro de 1926 e 4 de março de 1926.
Fonte: Reproduções do original.

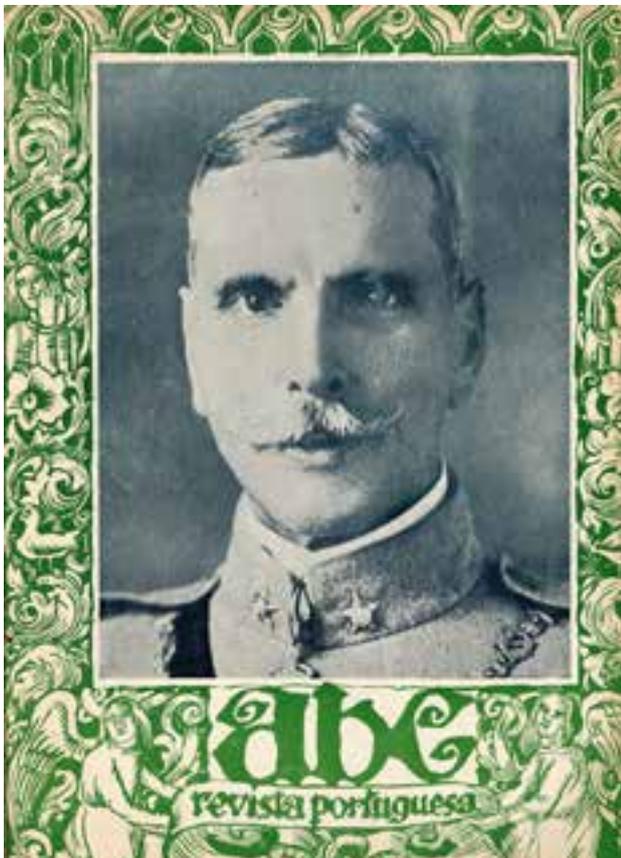


Figura 10
Capa da ABC, 3 de junho de 1926.
Fonte: Reprodução do original.

Em 1926, Portugal passava por um período de grande agitação política e social, pois a crise económica atingia, principalmente, as classes mais desfavorecidas, que enfrentavam grandes dificuldades de subsistência. Isso trouxe como consequência uma nova revolução. A 28 de maio de 1926, um movimento militarista, nacionalista e antiparlamentar colocou fim à I República Portuguesa, levando à implantação da Ditadura Militar. Nenhuma das secções da *ABC* era dedicada exclusivamente a assuntos políticos. Apesar de tratar desta temática, a revista sempre o fez de maneira discreta, principalmente na secção “Atualidades” onde trazia as fotonotícias, especialmente atos oficiais relacionados com a Presidência da República. Entretanto, podemos afirmar que a política ganhou as primeiras páginas da *ABC* a partir de 3 de junho de 1926, quando trouxe a fotografia do general Gomes da Costa, que assumira a chefia do movimento da revolução militar em Portugal.

Assim, o golpe militar de 1926 fez com que a política deixasse de ser um pano de fundo e ganhasse todo o protagonismo na revista *ABC*. O general e parte do exército português deixaram Braga em 28 de maio e marcharam em direção a Lisboa com o objetivo de tomar o poder. Outras cidades como Porto, Lisboa, Évora, Coimbra e Santarém, apoiaram o movimento, que se consolidou no dia 6 de junho, na Praça da Liberdade, quando o general e 13 mil homens foram aclamados pela população. E a revista *ABC* acompanhou de perto todos estes acontecimentos, dedicando a capa do dia 3 de junho de 1926 e todas as suas capas interiores do mês de junho, para além das muitas páginas de fotonotícias, ao ocorrido, em total apoio e alinhamento com o golpe militar.

No dia 10 de junho de 1926, a revista traz uma peça não assinada onde é descrito em primeira pessoa com orgulho uma ocasião em que o general Gomes da Costa visitou a sede da Revista *ABC*:

O atual ministro da Guerra frequentou muito o *ABC*; foi mesmo uma das mais assíduas visitas deste gabinete, onde têm passado os primeiros homens portugueses de categoria mental, e as celebridades, senão ao mesmo tempo que os vulgares personagens, em cata de aura, ao menos em ocasiões de se encontrarem na antecâmara., No canapé de couro, no qual Machado Santos, Carlos da Maia, Carlos Reis, Ferreira do Amaral, João de Almeida, Raul Esteves, etc. passaram horas de largas conversações, médicos ilustres, atores, militares, artistas, homens de letras se têm sentado. Uma das mais amadas visitas foi sempre a do general Gomes da Costa. Quase nem precisava anunciar-se. Todos os empregados, mal viam aquele homem, esbelto e alto, corriam à sua frente a dizerem-me respeitosamente o seu nome. “Está lá o senhor general Gomes da Costa...” e levanta-me, ia para ele de braços abertos “O meu general!...” (*ABC*, 10 de junho de 1926, pp. 12-13)

A cobertura dos acontecimentos relacionados com a nova forma de governo estendeu-se ao longo do tempo e a temática “militar” passou a figurar em definitivo nas páginas da *ABC* em várias vertentes como, por exemplo, nas peças “Depois da revolução a farda voltou

a ter o culto do amor” (*ABC*, 1 de julho 1926: 18-19) ou “A história do movimento militar pelo Repórter X” (*ABC*, 8 de julho 1926, pp. 20-21). Mesmo com todo o apoio que a revista demonstrava àqueles que estavam no poder, a *ABC* não escapou ao controlo apertado dos militares. A partir de 1 de julho 1926, a revista passa a trazer em sua capa interior o aviso de que “Este número do “*ABC*” foi visado pela comissão de censura”, que permaneceria em todas as edições até à extinção da publicação.

No dia 24 de setembro de 1931, a *ABC* saiu de circulação. Nesse dia, a revista dirige-se aos seus leitores com a promessa que a suspensão da publicação seria por um tempo limitado e justifica esse facto a dificuldades económicas que o periódico passou ao longo dos onze anos de existência, apesar do grande sucesso inicial. A promessa, assim, foi a de que seria substituída por um futuro jornal diário, “moderno, vivo, leve” e que traria o mesmo nome da revista, o *ABC*, e que apareceria assim que as circunstâncias o permitissem. A revista, portanto, não diz adeus, mas um “até breve” aos seus leitores, mas a verdade é que estas circunstâncias ideais nunca se apresentariam, visto que a publicação nunca viria a reexistir.

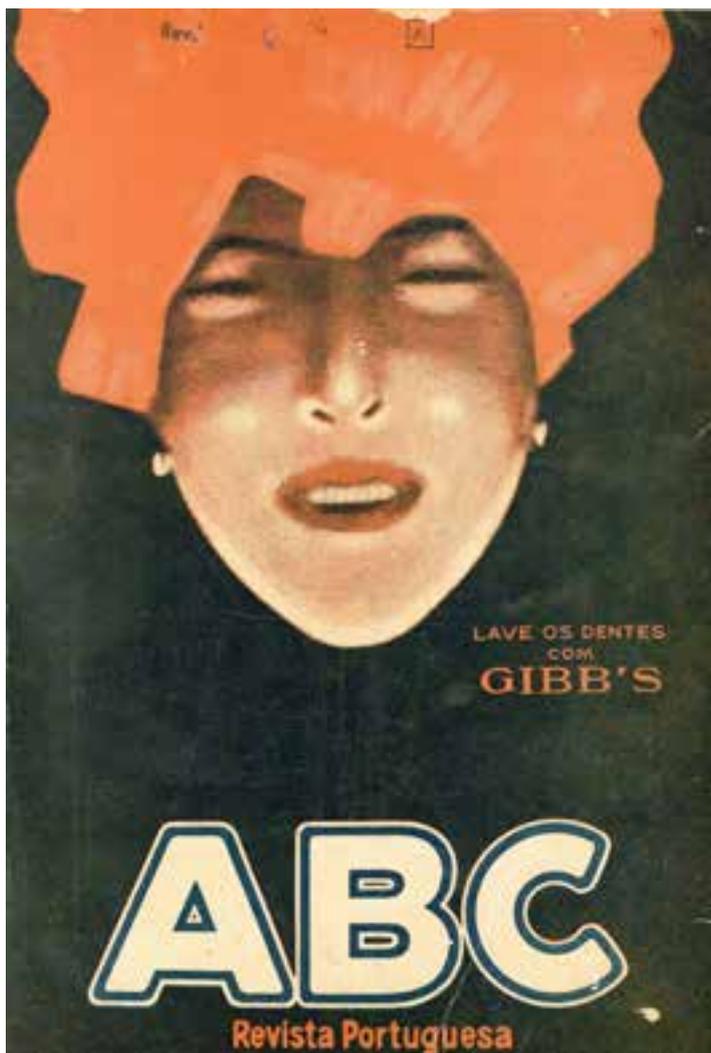


Figura 11

Capa da *ABC*, 15 de julho de 1920.
Fonte: reprodução do original.

O primeiro número da revista *ABC — Revista Portuguesa* possuía 23 páginas trazia uma capa preta com a gravura do rosto de uma mulher em tons de vermelho com os olhos semicerrados e boca entreaberta acompanhado da frase publicitária “Lave os dentes com GIBB’S”. O logótipo da revista encontrava-se logo abaixo. A capa interna era em preto e branco com uma grande foto do ministro dos Estados Unidos com a esposa e um adido da marinha no dia da festa da independência dos Estados Unidos. Por baixo da foto, pode-se ler uma legenda e uma nota sobre a exclusividade da fotografia. Por cima da foto da capa, encontrava-se um cabeçalho com o logótipo da revista, as informações sobre a direção da *ABC* e a frase “Às quintas-feiras, leitura ilustrada para todos — Revista Portuguesa”.

Na primeira secção, “Portugal em Flagrante”, assinada por José Paulo da Câmara, podem ler-se quatro pequenos textos em duas colunas, com comentários com um sarcasmo discreto sobre a fuga de presos das cadeias nacionais; os sintomas da encefalite letárgica, relacionando a doença com a política; greves de trabalhadores que não trabalham e o enriquecimento fácil; e o último texto com o título “Os Sebastianistas”. Nesta página, pode ver-se uma pequena gravura e, ao fundo, dois anúncios publicitários e uma nota dirigida às leitoras, na qual estas são avisadas que na próxima edição a secção “Grafologia” viria alargada para dar resposta à grande procura. Na página seguinte, surge um texto não assinado, de página inteira, em duas colunas, com uma fotografia central da atriz Gaby Deslys, que fala sobre a sua morte e o leilão de suas joias.

Depois, com o título “Uma festa de caridade no Parque das Laranjeiras” podemos ver três fotos e pequenos textos em prosa e verso, em três colunas, sobre uma apresentação teatral beneficente. Na secção “Atualidades”, temos as fotonotícias, ou seja, fotografias acompanhadas de legendas sobre acontecimentos notórios da sociedade portuguesa. No caso desta primeira publicação, há cinco fotos distribuídas em duas colunas sobre factos relacionadas com personalidades da alta sociedade portuguesa, onde se inclui a notícia da morte do jornalista Emídio de Oliveira. Ao fundo da página, temos a informação: “clichés do correspondente fotógrafo do *ABC* no Porto, sr. Álvaro Martins”.

Nas páginas 6 e 7, de autoria de João Grave, o leitor poderia começar a ler a novela intitulada “Tragédia Rústica”, escrita em duas colunas e ilustrada com três gravuras. Nas páginas seguintes do primeiro número da *ABC*, temos mais fotografias acompanhadas de legendas. Na página oito, as fotonotícias são sobre o casamento de Daisy Cohen e Diogo Correia e Ávila, segundo a revista, pessoas “do nosso mais alto meio financeiro e da nossa melhor sociedade”. Na página nove as fotos fazem referências a personalidades históricas e o facto de terem sido atraídos.

As duas páginas seguintes são dedicadas à secção de “Modas”. Aqui o texto escrito entre colunas e acompanhado de treze gravuras começa por apresentar os objetivos da secção: “sem pretensões de vaidade literária, estas simples palestras que nesta revista vamos encetar sobre modas, visam apenas, na sua modéstia, iniciar semanalmente as nossas leitoras nos

requintados segredos das elegâncias femininas” (*ABC*, 15 de julho de 1920, p. 10). As secções “Confidências Femininas do *ABC*” e “Grafologia” também eram dedicadas ao público feminino.

Na página 13, encontramos, uma vez mais, um espaço dedicado a factos históricos, seguida de duas páginas sobre acontecimentos ocorridos no Norte do país, mais especificamente, no Porto, cujo autor é Mário Carregal. Essas páginas estão escritas em três colunas e combinam texto e fotografia, mas podemos afirmar que a iconografia se sobrepõe, o que se repete nas próximas duas páginas.

Logo depois, a *ABC* apresenta duas páginas com entrevistas sobre a temática do trabalho.

A secção “Histórias das futilidades femininas” ocupa duas páginas e traz uma história lúdica entre um alfinete e um gancho de cabelo. A peça combina textos em duas colunas e gravuras assinadas por Amorim. A revista trazia ainda a secção “*ABC* da Lavoura”; duas páginas sobre teatro; uma página dedicada a fotonotícias sobre os elétricos de Lisboa; uma notícia de página inteira sobre o presidente francês e a sua visita ao Papa; duas páginas sobre desporto; uma página com tiras desenhadas; e finalmente, a última página e a contracapa, dedicadas à publicidade.

O último número da *ABC* foi publicado a 24 de setembro de 1931, possuía 33 páginas, tinha como cor o azul, custava 1\$50 escudos e autointitulava-se “*ABC* — Revista Portuguesa Atualidades”. Folhear este número da revista, permite-nos concluir que, apesar de preservar algumas características originais, como a aposta na iconografia e textos escritos em duas colunas, a *ABC*, ao fim destes onze anos, estava diferente. A capa da revista já não trazia uma gravura artística, mas sim uma fotografia em tons de azul de cinco mulheres e, dentre elas, a rainha das costureiras de Portugal eleita através um concurso. No verso da capa tinha a habitual “Fritura de Miolos”, dedicada a charadas e adivinhas. Na primeira página da revista figurava o comunicado assinado pela Sociedade Editorial *ABC*, Ltd. Nele era anunciado que a *ABC* iria suspender a sua publicação, com a promessa de que seria substituída por um jornal diário com o mesmo nome, o *ABC*. Na página de número 4 não há fotos ou gravuras, mas podia ler-se um artigo de opinião assinado por Rocha Martins, com o título “Na Democracia Negra”, que fala da tentativa falhada dos Estados Unidos de implantar uma democracia em África. Na parte inferior dessa mesma página, há um anúncio publicitário a um livro histórico. Contrariamente à anterior, a página 5 é totalmente dominada pela iconografia. O tema da capa é tratado aqui com cinco fotografias, que ocupam cerca de 90% do espaço, e um pequeno texto que conta a eleição para a “rainha das costureiras de Portugal”. Nota-se, portanto, que a capa da revista funcionou como uma chamada de primeira página.

Nas duas páginas subsequentes, os leitores da *ABC* poderiam encontrar um conto assinado por João Pedro de Andrade, acompanhado de duas gravuras e com o título “E amaste essa mulher?”. A peça seguinte de autoria de Gomes Monteiro, também ocupa duas páginas, está acompanhada de três fotos e uma gravura, escrita em duas colunas, e fala sobre como as artistas daquele tempo mostravam as pernas, usando como pano de fundo a história da atriz Ana Pereira.

Mais à frente, encontra-se o artigo “Carta de um cão de luxo”, assinado por Aleixo Ribeiro e, na página ao lado, uma única fotografia da atriz Madge Evans. As páginas 12 e 13 fazem referência a aspetos históricos e turísticos da cidade de Setúbal. O artigo está escrito em duas colunas e possui quatro fotografias de paisagens dessa cidade. A secção “Modas” possui duas fotografias e está assinada por Madame Sourire, que escreve sobre a cor verde para vestidos de senhora. Logo abaixo, podemos ver um anúncio publicitário contra a queda de cabelos. A seguir, o leitor deparava-se com um artigo assinado por Miriam, que valoriza e tenta desmistificar a beleza e sensualidade das mulheres negras de África, ao compará-las com as mulheres brancas e europeias: “Pode a carapinha lembrar a lã embaraçada dos carneiros ou o cabelo corredio exigir horas a pentear, no trabalho duma ondulação permanente, pode a boca desenhar-se num traço delicado, ou acusar aspetos de raça na grossura dos lábios” (*ABC*, 24 de setembro de 1931, p. 15).

A página 16 é ocupada por publicidade, enquanto a 17 traz uma peça com o título “Riquezas de Portugal: O milho, pão dos pobres no Minho” e está assinada por Oliveira Abrantes. A página 21 é ocupada pela secção “Atualidades” onde podemos ver fotos acompanhadas de pequenos textos sobre acontecimentos ocorridos em Portugal, entre eles um casamento na alta sociedade, a inauguração de um campo de aviação e o lançamento do livro *Sindicalismo em Portugal*. Essa secção vem seguida de uma página inteiramente dedicada à publicidade. A última secção de *ABC* “Confidências Femininas” ocupa duas páginas, mas grande parte delas está preenchida com publicidade, e está dedicada a dar conselhos a leitoras que escrevem para a revista e que pagam a importância de 1 escudo. A contracapa da revista está ocupada com publicidade.

2.2. *O Domingo Ilustrado*

O Domingo Ilustrado foi uma revista publicada em Lisboa, entre janeiro de 1925 e dezembro de 1927. Como o seu próprio título indica, saía ao domingo. Na época, o conceito de revista ainda não estava solidificado, o que fazia com que *O Domingo Ilustrado* se autorreferenciasse como jornal ou jornal-revista, apesar de, conceitualmente, possuir características que hoje nos permitem identificá-lo como revista.

Assim, *O Domingo Ilustrado* nasce como uma revista, de periodicidade semanal, impressa em papel de baixo custo (papel de jornal). Na página 2 de cada número, figuravam informações sobre a propriedade do periódico, que pertencia à empresa *O Domingo Ilustrado*, cuja sede da redação, da administração e das oficinas ficava rua D. Pedro V, n.º 18, em Lisboa. Para a sua impressão, não é indicada nenhuma entidade responsável, mas localizava-se numa morada distinta da anterior (rua da Rosa, 99 e, a partir de 9 de agosto de 1925, rua do Século, 150). Eduardo Gomes, na data do lançamento, era o único nome que aparecia

no cabeçalho da revista, com o cargo de editor e diretor gerente de *O Domingo Ilustrado*. Essa situação altera-se em fevereiro de 1925, a partir do número 3, quando Leitão de Barros e Martins Barata assumem os cargos de diretores, situação que permanece até a extinção da revista, a 25 de dezembro de 1927. A revista teve Martins Barata e Eduardo Gomes como diretores de publicidade.

O primeiro número, no dia 18 de janeiro de 1925, traz o título *O Domingo Ilustrado: notícias & atualidades gráficas, teatros, sports & aventuras, consultórios & utilidades*. Prometeu ser um “jornal para toda a gente” e divulgar os seus conteúdos de forma diversificada, “alguma coisa mais do que a reportagem diária da rua” (*Domingo Ilustrado*, 18 de janeiro de 1925, p. 2) que girava, principalmente, ao redor da política e da sociedade. Deste modo, apresentou-se como um “jornal de Portugal”, direcionado para todo o território nacional e não somente para Lisboa e Porto. Colocou-se em pé de igualdade com grandes periódicos europeus do mesmo género, como os parisienses *Petit-Journal Illustré* e *Excelsior-Dimanche* e o italiano *Domenica del Corriere*, de Roma, ao mesmo tempo que reconhecia as limitações de Portugal ao afirmar que fariam o melhor que pudessem “dentro do círculo asfíxiante que as iniciativas deste género têm num meio inculto, pequeno e podre como o nosso” (*O Domingo Ilustrado*, 18 de janeiro de 1925, p. 2). Aparentemente, tinha como objetivo inicial direcionar-se para o lazer e a cultura.

O Domingo Ilustrado é logo convidativo no seu título. Domingo! Dia do descanso, sem apitos de fábricas, sem ponto nas repartições, dia de missa e da família, das visitas aos amigos, do passeio, do cinema, do teatro. Dia igualitário, em que todos é distribuída a riqueza do descanso. Jornal-revista, que responda às mil curiosidades vulgares e necessidades habituais do maior número; que seja de tudo e de todos; que se dispense de ter uma categoria pelo desígnio de as servir a todos, procurando e encontrando as afinidades evidentes ou recônditas que entre as várias classes subsistem pela condição de uma vida comum — eis o difícil programa de género e jornal que se oferece ao leitor (*O Domingo Ilustrado*, 18 de janeiro de 1925, p. 2).

Todas as capas e contracapas de *O Domingo Ilustrado* traziam gravuras que representavam um aspeto da atualidade portuguesa. No primeiro número, pode-se ver-se, na capa, uma cena em preto-e-branco com pinceladas de vermelho, onde um grupo de rapazes, vindos da zona rural do país e usando trajes típicos, chegavam a Lisboa para se alistarem no serviço militar. Por sua vez, a contracapa aponta para os problemas relacionados com a pobreza extrema da classe operária. Com o título “A Parada da Fome”, a gravura representa um grupo de operários que pedem pão e emprego. Esta cena retrata a instabilidade política e uma gestão governamental que fez aumentar a dívida externa de Portugal, trazendo como consequência um aumento do custo de vida em cerca de trinta vezes entre 1914 e 1925 (Lúcio & Marques, 2010) e que deixou vulnerável grande parte da população. A revista não deixava ao acaso e

nem margens para a imaginação do leitor, pois todas as capas e contracapas trazem uma legenda por baixo de cada gravura com a sua descrição. Inicialmente, na secção “As Nossas Capas”, localizada na segunda página, o leitor também poderia encontrar uma breve descrição sobre o que representariam as gravuras da capa e da contracapa, mas esta informação acaba por desaparecer das páginas da revista.

No primeiro número, há também uma observação sobre a qualidade da impressão e deixava-se a promessa de melhorias para as edições futuras: “O sistema de gravuras e de desenho do nosso jornal será sucessivamente aperfeiçoado. Num periódico desta natureza, o primeiro número é sempre o pior. A nossa 1ª página é uma nota pitoresca da vida citadina desta semana. A última, uma nota dolorosa e confrangedora. É assim a vida. Os braços que sobejam na cidade e se erguem para o ar pedindo pão, escasseiam no campo para o cultivar” (*O Domingo Ilustrado*, 18 de janeiro de 1925, p. 2). Passado um ano, a revista não sofre qualquer modificação em relação à qualidade gráfica, o que é justificado por questões económicas. Alegava-se que se vivia “num meio onde tudo é deficiente e precário”. Todavia, os responsáveis pela publicação anunciavam: “desejamos melhorar graficamente o aspeto de ‘O Domingo Ilustrado’ e temos as melhores esperanças de que tal suceda em muito breve espaço de tempo” (*O Domingo Ilustrado*, 10 de janeiro de 1926, p. 2).



Figuras 12 e 13
 Capa e contracapa do primeiro número de *O Domingo Ilustrado*.
 Fonte: Reproduções do original.

A revista trazia os seus conteúdos estruturados, predominantemente, em quatro colunas, onde combinava fotografias e gravuras, com dominância deste último tipo de imagens. As fotografias, em sua maioria, eram do tipo “retrato”, identificadas com legendas e, normalmente, não eram creditadas. Contudo, podem-se identificar alguns colaboradores fotográficos frequentes, especialmente em peças que abordavam o tema desporto, como F. Santos, Raul Reis e Salazar Dinis. Há ainda fotos de agência, identificadas como Foto Maurice, Foto Presse e Agenda [Agência?] Fotográfica.

Mesmo com um número relativamente pequeno de páginas, a revista conseguia cobrir várias temáticas, certamente, com o objetivo de atrair a atenção e suprir as exigências de um número máximo de leitores com diferentes gostos, géneros, idades e que poderiam fazer parte de diferentes classes sociais, mas, principalmente, as letradas e urbanas. Assim, apesar de ocorrerem variações ao longo do tempo, *O Domingo Ilustrado* organizava seus conteúdos pelas seguintes temáticas: Na segunda página, a seguir à capa, trazia as rubricas “Ecos”, sem assinatura; “Má-língua”, escrita em versos com uma conotação humorística e, muitas vezes sarcástica, e cujo autor era Tomás Ribeiro Colaço, que assinava com o pseudónimo de Taco; e “Questão prévia” assinada por Feliciano dos Santos. Ao fundo da página, a revista trazia sempre anedotas acompanhadas de pequenas gravuras e era nesta secção onde eram abordados os assuntos mais importantes, polémicos e aqueles relacionados com a política.

A partir da terceira página, encontrar-se-iam as seguintes secções: “Humorismo”, que trazia textos, anedotas e diversas gravuras, cujo objetivo era divertir os leitores. Dentre as diversas rubricas, destacavam-se “Crónica alegre”, assinada, entre outros, por Henrique Roldão e André Brun; “Sports”, que se centrava, em especial, na cobertura das diversas modalidades desportivas em Portugal, mas também poderia fazer referência a grandes acontecimentos desportivos no resto do mundo; “Teatros”, que apresentava ao leitor as novidades do mundo da representação em Portugal, mas possuía outras abordagens voltadas para informações diversas ligadas direta ou indiretamente ao teatro; “Curiosidades”, secção na qual se discutiam assuntos relacionados com a divulgação científica e histórica, e também de excentricidades e acontecimentos singulares. A revista ainda possuía duas páginas dedicadas a uma novela-folhetim, assinadas por vários autores, entre os quais se destacava Reinaldo Ferreira, o famoso Repórter X; duas páginas dedicadas a charadas e jogos; e espaços abertos à participação dos leitores, onde se encontravam, inicialmente, os “Consultórios” do médico, do advogado, do professor e da modista, que versavam sobre temáticas relacionadas com cada uma estas profissões. Em “Atualidades gráficas” o leitor poderia encontrar as fotonotícias, ou seja, fotografias acompanhadas de curtas legendas que descreviam um facto específico, na maioria das vezes alusivo à sociedade portuguesa. Esta era a única secção de *O Domingo Ilustrado* onde a presença das fotografias estava garantida. Nos primeiros números, a revista possuía uma secção dedicada às mulheres, com o nome “Página feminina”, que abordava assuntos relacionados, principalmente, com a moda e produtos de beleza,

mas, com o passar do tempo, foi deixando de ser publicada, até desaparecer por completo. Finalmente, surgia a publicidade.

Desde o seu lançamento, a revista *O Domingo Ilustrado* possuía 12 páginas e, como era comum na época, apresentava-se em preto-e-branco, porém com a capa e a contracapa coloridas com uma ou duas cores, características que não se alteraram ao longo da sua existência. Os únicos dois exemplares em que a revista trouxe maior número de páginas foram as últimas edições dos anos 1925 e 1926, que possuíam 20 e 28 páginas, respetivamente, alteração justificada pela maior quantidade de anúncios publicitários.

Tal como outras revistas da mesma época, *O Domingo Ilustrado* foi uma publicação que convidava à coleção e encadernação, a fim de ser de ser conservada.

Para a publicidade em geral, era reservada sempre a penúltima página. Já no seu lançamento, foi deixado claro que essa secção era tratada com importância, ao afirmar-se que representantes da revista estavam presentes em todo o território nacional. O facto de a revista ter um diretor de publicidade também indica a importância desta secção dentro do periódico.

A publicidade tem de ser feita com inteligência, senão é inútil a quem anuncia. *O Domingo Ilustrado* é um semanário que há 4 meses está instalando por todo o país as suas agências e tem, portanto, uma enorme expansão desde o início. O anúncio especializado é o mais útil de todos. Assim, na página feminina o anúncio que interessa a senhoras; na página de desporto o anúncio que interessa aos 'sportsmen', etc. etc. Fuja de anunciar no cemitério dos anúncios que são as grandes páginas de anúncio dos periódicos diários, os quais têm a vida efémera de umas horas. *O Domingo Ilustrado* vai a toda a parte, guarda-se, está nos clubs, nos barbeiros, nos consultórios, nos hotéis, encaderna-se, fica. Nas secções de anúncios especializados cada linha custa a ridícula de 10 centavos (*O Domingo Ilustrado*, 18 de janeiro de 1925, p. 11).

Portanto, havia um padrão para as empresas que divulgavam ali os seus serviços e, ao folhear as suas páginas, podemos encontrar anúncios espalhados pelas várias secções, o que seria também uma forma de potencializar todos os espaços do periódico e torná-lo mais lucrativo. Assim, a revista não possui muitos espaços em branco o que dava a ideia de que o objetivo era aproveitar ao máximo a dimensão do periódico, relativamente reduzida. Tomando como exemplo a primeira página do primeiro número, podemos identificar pelo menos onze assuntos diferentes. Nas demais páginas e números da revista, esta característica repete-se.

O Domingo Ilustrado, portanto, surge de forma modesta, consciente das suas limitações, mas com grandes promessas de tornar-se tão necessário para o povo português como a "iluminação, a viação e o correio" (*O Domingo Ilustrado*, 18 de janeiro de 1925, p. 2). Com intenções de manter-se longe dos assuntos polémicos, especialmente aqueles relacionados com a política, acrescenta que "O seu sumário serão os acontecimentos. O Terreiro-do-Paço consistirá apenas para ele numa majestosa praça de frio estilo clássico. A política ser-lhe-á

tão indiferente como as pombas bravas do arco da rua Augusta” (*O Domingo Ilustrado*, 18 de janeiro de 1925, p. 2). Mas a verdade é que esta postura neutra não se confirma, até porque desde o seu lançamento, em 1925, até a sua extinção, em 1927, Portugal passou por um período de grande agitação política e social que culminou no golpe militar de 28 de maio de 1926. A instauração da Ditadura viria a modificar, enormemente, vários aspetos da vida dos portugueses e *O Domingo Ilustrado* não teve, perante as circunstâncias, uma postura absorta.

Uma leitura atenta do primeiro editorial permite identificar outras posturas. Um dos objetivos da revista, aí definido, seria “ensinar Portugal aos portugueses”, dando-se a justificação de que o país não saberia “ler-se a si próprio”. Pretendia, igualmente, a revista “tornar-se escola primária de bom gosto e de patriotismo; transportar ideias e difundi-las como o vento espalha o pólen. Então servindo dirigirá; obedecendo, guiará; despretenciosamente, educará.” (*O Domingo Ilustrado*, 18 de janeiro de 1925, p. 2). Ao percorrermos os demais números de *O Domingo Ilustrado*, verificaremos interpretações subtis e outras mais evidentes sobre o ambiente político da época, que colocava em evidência os partidos políticos e a democracia. Esta será a postura que o periódico assumirá ao longo do tempo até ao golpe militar de 1926.

Esse aspeto torna-se mais claro a partir do momento em que verificamos que foi Carlos Malheiro Dias, um monárquico militante, quem assina o primeiro editorial, que ditará o ritmo para os anos seguintes. Dias era filho de pai português e mãe brasileira, nasceu no Porto e teve forte envolvimento com a política, sendo deputado entre 1897 e 1910. Devido à sua ideologia política, com a Proclamação da República, em 1910, exilou-se no Brasil, onde viveu até 1935. No Rio de Janeiro, foi calorosamente recebido por um grupo de políticos, escritores e pelos conservadores da comunidade portuguesa daquela cidade. No Brasil, desenvolveu a sua carreira como escritor e também se dedicou ao jornalismo, fundando e dirigindo a famosa revista carioca *O Cruzeiro* (1928), mas também esteve envolvido noutras publicações, como o próprio *O Domingo Ilustrado* e a revista *Ilustração Portuguesa*.

Podemos afirmar que a orientação ideológica antirrepublicana que é propagada na revista *O Domingo Ilustrado* está presente, principalmente, na segunda página do periódico, nas colunas “Ecos”, “Má-língua”, assinada por Tomás Ribeiro Colaço, e “Questão prévia”, assinada por Feliciano dos Santos. Tanto Colaço — considerado um monárquico convicto, ultra-liberal e moderno — como Santos nasceram em Lisboa, eram formados em Direito e fizeram carreira no jornalismo, colaborando em muitos periódicos portugueses. Nessas três rubricas, o leitor poderia encontrar exemplos de comentários parciais, explícitos ou indiretos, de acontecimentos que marcaram a sociedade portuguesa, como a revolta de abril de 1926, questões relacionadas com as “irregularidades financeiras” que envolveram o Banco de Angola e Metrópole¹⁰ (Correia, 2007) ou mesmo críticas a grupos políticos, como vemos a seguir:

10 “O Banco Angola e Metrópole era uma sociedade anónima de responsabilidade limitada que tinha por objeto

Há bocado, depois de uma sessão tumultuosa, ridícula, indecente na Câmara dos Deputados, vimos descer o Chiado alguns parlamentares. Riam a bom rir, com gargalhadas alvares, inconscientes, que lhes davam as fisionomias e ar de *bons-vivants* que regressam alegres e bem-dispostos. Qualquer de nós, quando nas nossas empresas temos uma questão, nos exaltamos, as coisas nos correm tortas — vimos para casa aborrecidos. Os parlamentares não são uns seres à parte. O seu emprego é único. Fartam-se de dizer asneiras, sem gramática e sem senso dão ao país um espetáculo desprezível, tomam perante a miséria pública tremendas responsabilidades — mas riem sempre e descem sempre o Chiado felizes. Ah! Bom chicote... (*O Domingo Ilustrado*, 02 de maio de 1926, p. 2, Ecos).

No dia 6 de junho de 1926, os valores divulgados nas páginas de *O Domingo Ilustrado* deixam de ser discretos e subliminares e ganham grande destaque. O acontecimento ocorrido em Portugal e divulgado pela revista foi o golpe militar de 28 de maio. O episódio recebeu a capa e trouxe as cores da bandeira portuguesa e uma fotografia do general Gomes da Costa acompanhada da frase: “Este Homem tem força: Ajudemos este homem a salvar Portugal!”. Na edição de 6 de junho, na coluna “Questão Prévia”, Feliciano Santo dá conta da importância histórica dos factos ocorridos: “No precioso momento em que rabisco esta crónica sinto, nítida, a impressão de que estou vivendo uma hora histórica, uma destas fases da vida nacional que, mais tarde, os compêndios da história pátria hão de mencionar para arrelia das gerações vindouras” (*O Domingo Ilustrado*, 6 de junho de 1926, p. 2).

O acontecimento também seria capa dos dois números seguintes e a revista escancarava, desse modo, seu apoio aos militares.

social o fomento a empresas comerciais e industriais na metrópole e no ultramar. A origem da instituição está associada a Artur Virgílio Alves dos Reis, figura proeminente do princípio do século XX português e relacionada com inúmeros casos de burlas e crimes de falsificação. Devido às fortes suspeitas surgidas na imprensa da época sobre eventuais atividades irregulares cometidas pelos administradores do banco, surgem investigações policiais que vão concluir que o capital do banco era composto pela movimentação de milhares de contos em notas falsas. Na sequência da acusação por parte do Banco de Portugal, de que as notas de 500 escudos, chapa 2 (efígie Vasco da Gama) em circulação, eram falsas, é determinada a sua retirada de circulação. Este litígio originou um demorado e complexo processo judicial que ficou conhecido por Processo Angola e Metrópole” (Banco de Portugal). [<https://www.bportugal.pt/arquivo/details?id=17416>]



Figuras 14 e 15

Capas de *O Domingo Ilustrado* dos dias 06, 13 e 20 de junho 1926.

Fonte: Reproduções dos originais.

Também como estratégia de consolidação junto ao público português, *O Domingo Ilustrado* sempre teve como objetivo fazer com que os seus leitores participassem, de alguma forma, na produção de seus conteúdos, dirigindo-lhes diretamente as seguintes palavras: “Aos leitores: A todos os nossos leitores pedimos que mantenham com este jornal um mínimo contacto. Sempre que uma correção lhes pareça precisa, que um alvitre pareça oportuno, venham até nós, na certeza de que esta folha é de todos os que nos leem, mais do que de quem a dirige” (*O Domingo Ilustrado*, 25 de janeiro 1925, p. 2). Também com o objetivo de dialogar com o leitor, tornar-se mais moderna e atrair a atenção do público, *O Domingo Ilustrado* tinha por costume promover concursos, como o de 31 de maio de 1925, que elegeu as atrizes de teatro mais bonitas, e um outro que deu ao guarda-redes do Sport Lisboa e Benfica, Francisco Vieira, o título de melhor jogador de futebol português. Os leitores podiam ir acompanhando a evolução dos concursos nas edições subseqüentes e os resultados eram, por vezes, divulgados na capa da revista. Com nove meses de existência, a revista lançou a terceira competição, “Concurso de Novelas Curtas”, onde o leitor foi convidado a escrever pequenas histórias sobre as temáticas policial, trágico, sentimental ou de aventuras. Dentre os mais de 250 textos recebidos, os três melhores receberam como prémio a sua publicação nas páginas da revista. Os concursos fizeram parte de toda a vida da publicação e só finalizam juntamente como seu último número, em dezembro de 1927, com “O grande concurso popular: qual a costureira mais bonita?”.



Figuras 16 e 17
 Capas de *O Domingo Ilustrado*, 31 de maio e 6 de setembro 1925.
 Fonte: reproduções dos originais.

Apesar de não termos informações sobre a sua tiragem, *O Domingo Ilustrado* passou a trazer no topo de sua capa, desde 31 de maio de 1925, ou seja, cerca de quatro meses depois do seu lançamento, a informação de que teria “A maior tiragem de todos os semanários portugueses”. Contudo, mesmo com todo este aparente sucesso comercial, ao final de quase três anos, no último domingo de 1927, no dia de Natal, *O Domingo Ilustrado* publicou o seu último número, com a promessa de que não fecharia as portas, mas sim de que daria lugar a um outro semanário, mais moderno. Esta nova publicação seria a revista *Notícias Ilustrado*, lançada em março de 1928, propriedade do *Diário de Notícias* e cujo diretor era Leitão de Barros. Assim, dirige-se ao leitor pela derradeira vez:

Aos nossos queridos leitores devemos uma explicação. *O Domingo Ilustrado* que tem cumprido a sua missão jornalística de cerca de três anos, e que mercê de uma já indiscutível simpatia da parte do público vem brevemente cessar a sua publicação. Mas não fechará as portas. Dará lugar a sua ausência, ao aparecimento de outro jornal — mais moderno, mais europeu, mais adequado a um país que, como o nosso, vive uma ansiosa hora de ressurgimento e de vontade de vencer (*O Domingo Ilustrado*, 25 de dezembro 1927, p. 2).

Apesar de não podermos apontar exatamente o motivo pelo qual fecha as suas páginas ao público, a verdade é que os portugueses já tinham a opção de escolher revistas mais refinadas, com conteúdos mais diversificados e uma abordagem visual mais apelativa. Esse tipo de publicação já estava a tornar-se habitual em outros países da Europa, mas também já em Portugal, como é o caso da *Ilustração*, de que trataremos a seguir.

Ao descrevermos o primeiro número de *O Domingo Ilustrado*, poderíamos verificar que o leitor deparar-se-ia com uma revista de 12 páginas, a preto-e-branco, porém com capa colorida. Na segunda página, encontraria na rubrica “Ecos” e no texto com o título “Ao público” a apresentação da revista à sociedade portuguesa; em “Comentários” uma notícia breve sobre a partida para a Grécia do vice-cônsul Pappaleonardos; uma brevíssima descrição sobre o que representava a gravura da capa; em “Má-língua”, em forma de versos, uma reflexão sobre o descanso do trabalho no domingo; ao fundo da página, duas anedotas acompanhadas de gravuras; um pequeno texto sobre as aves de Lisboa; e, finalmente, uma nota para os agentes de *O Domingo Ilustrado* espalhados pelo país, ilhas, colónias e Brasil, pedindo o envio “com a nota de despesa” de fotografias dignas de registo.

Na terceira página, Feliciano Santos apresenta a rubrica “Questão Prévia” e Henrique Rondão assina “Crónica Alegre”, dirigida ao público feminino, onde fala sobre a vida boémia e o Pandega-Club, representado por duas gravuras. Nesta mesma página e com textos mais reduzidos se poderia ler sobre música, teatro, literatura, pintura e ainda duas anedotas, acompanhadas de gravuras. A quarta página era dedicada ao desporto, trazendo informação sobre legislação desportiva; o campeonato de futebol em Lisboa; a pouca relevância do atletismo português; e a fotografia de Correia Lea, apresentado como o responsável pela secção de Desporto.

A página seguinte trazia informações sobre teatro e cinema acompanhadas de fotografias e ilustrações. Nas páginas 6 e 7, *O Domingo Ilustrado* trazia dois capítulos de novelas (*Os desaparecidos de Lisboa* e *As mãos*) cujos enredos tinham seguimentos nos números posteriores. Na página 8, encontra-se a apresentação dos consultórios (do médico, do advogado, do professor e da modista) que tinham como objetivo dar aos leitores orientações gerais sobre cada uma destas áreas; jogos de xadrez e de damas; uma secção dedicada à vida académica e a associações escolares; ao fundo da página, dois anúncios publicitários.

A secção “Página feminina” encontrava-se na página 9 e possuía um comentário assinado pela modelista Alice Rosemonde sobre moda; na restante página, há uma notícia sobre a presença de Amparito Medina num “chá-tango” em Lisboa; e a descrição de modelos de vestidos. Em “Atualidades Gráficas”, o leitor poderia encontrar as fotonotícias, ou seja, fotografias (tipo retrato) ou gravuras acompanhadas de breves descrições de acontecimentos sociais (como a entrega de panos bordados ao parlamento português) ou meras curiosidades (mulher barbada; máscara radioativa de beleza feminina). A página seguinte era inteiramente dedicada à publicidade e a última correspondia à contracapa.

Figura 18
Capa de *O Domingo Ilustrado*,
25 de dezembro de 1927.
Fonte: reprodução do original.



O último número de *O Domingo Ilustrado*, datado de 25 de dezembro de 1927, possuía capa azul com uma gravura de representativa da quadra do Natal e abria, na página seguinte, com a “Crónica da semana”, assinada por Norberto Lopes, sobre o peru da ceia de natal; logo abaixo, a nota de que aquele número havia sido visado pela comissão de censura; no restante da página, poderíamos ler em “Novidades e notícias d’aqui e d’acolá...” seis notícias breves; quatro anedotas acompanhadas de gravuras; e a notícia, não assinada, da despedida de *O Domingo Ilustrado*. Na página 3, a secção “Humorismo” traz um texto cónico e a “Crónica Alegre”, mas que poderia receber o nome de “pessimista”, assinada por Augusto Cunha. Esta peça fala sobre o lento progresso em Portugal quando, por exemplo, uma ponte sobre o Tejo e a avenida da Índia eram ainda projetos: “Andava na ama e já ouvia falar da ponte sobre o Tejo, da Avenida da Índia e doutras maravilhas inatingíveis e estou convencido de que os meus bisnetos, se quiserem ter a veleidade de passear numa avenida da Índia, terão de ir procurá-la ao oriente e, para atravessar o Tejo, terão de continuar a ir no bote” (*O Domingo Ilustrado*, 25 de dezembro de 1927, p. 3). A página 4 traz sete pequenos textos sobre curiosidades e sete pequenos poemas enviados pelos leitores sobre o concurso “A costureira mais bonita de Portugal”. A secção seguinte é dedicada a notícias sobre teatro e as páginas 6 e 7,

como é habitual, trazem as novelas-folhetim. As páginas 8 e 9 de *O Domingo Ilustrado* são dedicadas a charadas e jogos e, parte delas, também à publicidade. A página 10 é dedicada às fotonotícias, preenchida, principalmente, por curiosidades; a página seguinte é consagrada à publicidade; e a última página é a contracapa.

2.3. A Ilustração

Lançada em janeiro de 1926, mesmo a tempo de ainda ser considerada uma revista nascida na I República (embora menos uma revista *da* I República), a *Ilustração*, de periodicidade quinzenal, luxuosa, impressa em papel *couché*, distinguiu-se pela cobertura de atos oficiais e de outros assuntos da atualidade nacional e estrangeira, sob a forma de fotonoticiário. Apresentava-se com uma capa colorida exterior, seguida por um caderno de publicidade, conforme era comum à época, e uma capa a preto-e-branco interior, a que se seguiam as diversas matérias. As últimas páginas também eram reservadas à publicidade, frequentemente a iniciativas editoriais da Aillaud/Bertrand. Apesar de prevalecerem três colunas, o design não tinha número de colunas fixas. O número de colunas alterava-se em função das imagens ou outras variáveis, o que daria uma sensação de dinamismo e modernidade ao leitor coevo.



Figura 19 e 20

Capas externa e interna do primeiro número da revista *Ilustração*.

Fonte: reprodução dos originais.

Desde o primeiro número que, com poucas alterações, os conteúdos da revista se repartiam pelas seguintes áreas: crónica da quinzena, nacional e local, desportos, estrangeiro, sociedade elegante, secção feminina, infantil, humor, cinematografia, ciência, folhetim, colónias, literatura, teatro, artes, música, passatempos e bibliografia nova. Com um leque tão vasto de temas tratados, a revista tinha, certamente, como objetivo atrair o interesse e atender as exigências um grande número de leitores com diferentes géneros, idades e pertencentes, principalmente, às classes mais elitizadas, letradas e urbanas da sociedade.

O primeiro número da revista *Ilustração* está datado de 1 de janeiro de 1926 e possui capa colorida com uma gravura alegórica feminina: uma jovem escreve e dessa escrita há frutos, representados pelos ramos de árvore que lhe saem do vestido. Curiosamente, por baixo do vestido não há pernas: antes o edifício ou, metaforicamente, a cidade, o mundo. Na página seguinte, a revista é apresentada ao público com o propósito de contradizer a ideia de que “a Europa termina nos Perineus” e colocar Portugal entre os países que possuem publicações de revistas de qualidade como a França, a Alemanha, a Inglaterra, os Estados Unidos, Espanha e Brasil:

A Ilustração surge, pois, sem receio de competições, que, de resto, seriam para desejar, neste campo que urge desbravar a poder de persistência, bom gosto e mercê da coadjuvação de múltiplos elementos. Não poderiam ser melhores os que vão prestar à Ilustração a cooperação do seu talento, do seu saber e da sua arte.

É, sobretudo, fiados no merecimento dessa colaboração, que a Ilustração teve a felicidade de se assegurar, que nos abalançamos a todas as canseiras e sacrifícios lançando a público esta revista que, de número para número, nos esforçaremos por tornar cada vez mais perfeita em tudo aquilo que diretamente dependa do nosso esforço. (Ilustração, 1 de janeiro de 1926, p. 5)

Portanto, a revista *Ilustração* foi idealizada e teve a proposta inicial de: (1) preencher uma falha, pois, segundo os seus promotores, até então o país não teria uma publicação periódica que o representasse no cenário nacional e internacional; (2) fazer a cobertura de temáticas de forma mais aprofundada do que a imprensa diária, uma vez que esta estaria assoberbada a percorrer os factos “desde os mais banais aos mais transcendentais, com todo o nervosismo, por vezes febricitante, que os alvoroços e vicissitudes da vida política neles projetam, com o frémito dos mil e um interesses de que é feita a trama da convulsiva existência do nosso tempo” (*Ilustração*, 1 de janeiro de 1926, p. 5); e (3) oferecer ao leitor o que houvesse de melhor nas artes gráficas, incluindo-se principalmente, as cores e a fotografia, predominando nas suas páginas, muitas das vezes, a iconografia sobre o texto.

Uma das características da revista *Ilustração* foi o recurso omnipresente às fotonotícias, ou seja, uma secção onde as notícias mais importantes, principalmente as ocorridas em Lisboa e no Porto, eram apresentadas através de fotos acompanhadas de curtas legendas. Desta forma, seria o leitor a fazer a sua própria análise e julgamento dos factos. Assim, a revista

manteve-se afastada de matérias que poderiam trazer alguma polémica, mais especificamente de questões políticas, sobretudo após a instituição da Ditadura, na sequência do golpe de 28 de maio de 1926.

Mesmo quando tratava de assuntos que poderiam trazer controvérsia, a revista fazia-o de maneira indireta. Podemos observar esta característica no primeiro número da *Ilustração*, que abre com a “Crónica da Quinzena” assinada por Aquilino Ribeiro. O autor, num texto critica a corrupção, os roubos, as falsificações e a rápida ascensão social e financeira de certas personalidades, mas sem citar nomes ou factos concretos. Apesar dessa característica se alterar, com o passar do tempo, por decisões editoriais, a este aspeto é atribuído parte do sucesso da revista.



Figura 21 e 22
Ilustração, 1 de janeiro 1926, pp. 11-12.
Fonte: reproduções dos originais.

A revista tinha, por regra, 40 páginas. No entanto, os últimos números de cada ano, ou seja, no segundo número do mês de dezembro, a revista era mais volumosa, chegando a 64 páginas em 1926 e a 68 páginas em 1927, por exemplo. O aumento do número de páginas, no entanto, deve-se ao incremento do número dos anúncios publicitários e, também, à inclusão de matérias alusivas à quadra natalícia.

Logo de início, a *Ilustração* reuniu um considerável leque de colaboradores, que identifica com retratos fotográficos, no primeiro número, e do qual faziam parte, entre outros: Afonso Lopes Vieira, Albino Forjaz de Sampaio, André Brun, Afrânio Peixoto, Aquilino Ribeiro, Armando Cortesão, Augusto Gil, Jaime Cortesão, Henrique Lopes de Mendonça, Henrique Roldão, José Leite de Vasconcelos, Júlio Dantas, Brito Camacho, Raúl Brandão, Raúl Lino, Norberto de Araújo, Teixeira de Pascoaes, Martins Barata, Stuart Carvalhais, Vasco Serra Ribeiro. Na *Ilustração*, as fotografias estavam identificadas com legendas, mas, na esmagadora maioria das vezes, não eram creditadas. Contudo, podem-se identificar alguns fotógrafos entre os colaboradores da revista, casos de João Martins, Serra Ribeiro, Platão Mendes e Horácio Novais.

Desde o seu lançamento, a *Ilustração*, como era comum na época, teve um pequeno número de mulheres colaboradoras, como Helena de Aragão, Maria Fernandes Costa, Mercedes Blasco, Emília de Sousa Costa, Fernanda de Castro e Maria Carolina Ramos. Especialmente depois das mudanças editoriais ocorridas em 1931, as colaboradoras passaram a assumir um papel mais ativo no que diz respeito a temáticas ligadas a um lugar mais ativo das mulheres na sociedade, mas, inicialmente, estavam limitadas a temas tradicionalmente ligados ao mundo feminino, como culinária, moda e o ambiente doméstico. No primeiro número da revista, na secção “Feminina”, a *Ilustração* traz uma peça com o título “Cores e silhuetas modernas” e inicia-se com uma linguagem poética, onde se lê: “Moda! — capricho dum instante que a mais branda aragem da fantasia deturpa, contorce, transforma, utilizando-o em mil modalidades cintilantes de originalidade, de inédito, de... excentricidade...” (*Ilustração*, 1 de janeiro de 1926, p. 18). Mais à frente, dá várias sugestões de tipos de cortes, modelos e cores de roupas que são exemplificados por meio de fotos e gravuras. As cinco peças seguintes desta secção dedicada às mulheres tratam dos seguintes temas: golas; chapéus; como recuperar móveis riscados ou despolidos; penteados; e como ensinar as criadas a passar roupa a ferro.

Esse tipo de temática foi aos poucos dividindo lugar com outros assuntos, também em outras secções da revista, que davam à mulher uma maior relevância na sociedade como é o caso, por exemplo, de uma peça do dia 6 de maio de 1927, assinada por Helena de Aragão, com o título “A mulher no lar e na ciência”. Nesta peça percebemos como a revista *Ilustração* foi também um meio importante para estimular discussões e questionamentos sobre o papel da mulher na sociedade, em defesa da conquista de direitos civis e de igualdade de direitos entre géneros:

Por mais repetidas provas de valor intelectual que a mulher, ao longo de muitos séculos de constante evolução educativa, venha prestando à sociedade ingressando como lutadora decidida e vitoriosa em todos os campo abertos às explorações da inteligência e do esforço humano, o homem, o seu intransigente e galanteador inimigo de sempre, recusa-lhe todo o aplauso, toda a justiça, todo o apoio, desde que a veja agindo para além da barreira delirante da sua influência moral. E assim, enraizada no preconceito granítico de um parcialismo irreduzível, a negativa do mérito intelectual feminino prevalece, dogmática, cega, surda (*Ilustração*, 16 de maio de 1927, p. 20).



Figuras 23 e 24
Ilustração, 1de janeiro de 1926, p. 18, e 16 de maio de 1927, p. 27.
 Fonte: reprodução dos originais.

A *Ilustração* foi lançada pela editora Aillaud, parceira da editora Bertrand (e que com esta se fundiria, em 1931). Era dirigida por João da Cunha Eça, que terá estado na origem do projeto editorial. Cunha Eça seria, no entanto, substituído por João de Sousa Fonseca logo em fevereiro de 1928¹¹. Possivelmente, a mudança na direção ter-se-á devido a uma carta aberta que, mesmo tendo passado pelo crivo da censura, é publicada na *Ilustração*¹², onde Cunha Eça se dirigiu aos ministros da Instrução e Finanças do terceiro Governo da Ditadura Militar. Nessa carta, o diretor da *Ilustração* contesta o aumento dos impostos sobre a importação de papel, que poderia condenar a imprensa e o livro ao desaparecimento, e acusou o Governo de, em matéria económica, permitir que Portugal fosse “governado (...) por um grupo de (...) indivíduos que, ao amparo dos compatriotas, se apoderam (...) de todos os organismos de consulta, de todas as comissões técnicas”, formando “um Estado dentro de outro Estado”, uma

11 Sousa Fonseca foi diretor da *Ilustração* até agosto de 1931.

12 Curiosamente, a “Carta aberta” passou pelo crivo da censura, já que a revista era visada pelos censores desde, pelo menos, o n.º 29, de 1 de março de 1927, que ostentava o dístico “Este número foi visado pela Comissão de Censura”.

“rede invisível” (João da Cunha Eça, Carta aberta aos Ex.mos Senhores ministros da Instrução e das Finanças, *Ilustração*, n.º 51, 1 de fevereiro de 1928, p. 10).

O número seguinte da *Ilustração*, do dia 16 de fevereiro, já trazia Sousa Fonseca como diretor, mas até 1 de agosto de 1929 o nome de João da Cunha Eça continuou a aparecer no cabeçalho da revista, mas como “fundador e diretor-delegado”. As mudanças significativas na linha editorial da revista não foram sentidas imediatamente e só ocorreriam em 1931, com uma nova mudança de direção.

Em 1931, de facto, a Empresa Nacional de Publicidade¹³, detentora do *Diário de Notícias*, associou-se, por alguns meses, à proprietária inicial, a editora Aillaud, parceira da Bertrand, e promoveu mudanças na *Ilustração*, em especial depois de a direção ter sido assumida pelo jornalista, escritor e propagandista do Estado Novo António Ferro, em agosto de 1931 (apenas por quatro números, o primeiro datado de 15 de agosto). Nesse momento, a revista apresenta uma nova proposta editorial ao colocar-se entre gerações e projetar-se para o futuro: “De um lado, os valores consagrados do momento contemporâneo português, todo o balanço do nosso esforço intelectual e artístico. Do outro lado, a geração que vai chegar, com as suas nobres inquietudes, com a sua ânsia de novidade, com os seus olhos novos e a sua alma nova” (*Ilustração*, 31 de julho 1935, p. 2).

A chegada do novo diretor é vista como o início de uma fase moderna da *Ilustração*, descrita como um “espírito novo e ‘europeu’, cujo talento se tem revelado largamente nos seus livros como nas suas reportagens internacionais, aos quais sabe transmitir a centelha do seu talento de prosador moderno” (*Ilustração*, 31 de julho de 1935, p. 2). A secção “Crónicas da Quinzena” deixa de existir e é substituída pelo “Parque de Atrações”, mas a revista continua muito direcionada para as temáticas relacionadas com a cultura, dedicando várias páginas à crítica de peças teatrais, arte e literatura. Com relação ao público feminino, apresenta uma proposta diferente das edições anteriores, uma quebra de paradigma, orientando a secção “Ilustração feminina” para a mulher moderna.

Ao abrir esta secção Ilustração Feminina, pergunto a mim própria: — Há, realmente, em Portugal mulheres que mereçam mais do que a habitual *Página Feminina* com receitas de bolo, menus económicos, modelos de almofadas e receitas para tirar nódoas? (...) Partimos, pois, deste princípio: A mulher portuguesa já não se contenta hoje, no campo da literatura, com os folhetins do seu jornal; gosta de ler, tem curiosidades intelectuais, procura estar ao par das literaturas modernas sem esquecer os precursores das grandes épocas.” (*Ilustração*, 15 de agosto de 1931, p. 27, Ilustração Feminina).

13 A Empresa do Diário de Notícias foi redominada Empresa Nacional de Publicidade, em 1928, quando se tornou propriedade da Companhia Industrial de Portugal e Colónias.

Portanto, quando António Ferro assume a direção, a *Ilustração* reinicia a sua numeração para marcar um novo recomeço na publicação da revista, mas outras alterações também foram sentidas. A revista passa a ser impressa em papel *couché*, branco e com brilho, o que trouxe um toque de requinte e luxo. Em termos gráficos e de *layout*, as páginas da revista trazem diferentes tipos de letras e, apesar de ainda prevalecer o preto-e-branco, as fotografias e desenhos ganham um toque de cor, dando a ideia de dinamismo e modernidade. Como consequência, há também um aumento de preço, o único reajuste que a revista teve ao longo de sua história, pois no seu primeiro número, em janeiro de 1926, a revista tinha o valor, por exemplar, de 4 escudos, e passou a custar 5 escudos, a partir de 1931. Esse preço permaneceu até o final da sua publicação regular, em 1939, incluindo os números anuais extraordinários, entre 1961 e 1975 (o valor da assinatura anual passou de 84 escudos para 120, neste mesmo período).

A direção da revista foi, finalmente, assumida por Arthur Brandão a partir do n.º 141, de 1 de novembro de 1931, um homem que possuía larga experiência como editor e jornalista — em Portugal, fundou a revista *Crítica*, em 1896, e *A Folha* e a *Tribuna*, em 1906. Trabalhou em grandes jornais no Brasil e dedicou-se, também, à política. Permaneceria no cargo até a descontinuação da publicação.

A mudança de direção pode estar associada ao facto de que, a partir desse número da revista *Ilustração*, a Bertrand já figurava como única proprietária da publicação. A saída de António Ferro é justificada pelo facto de que “exatamente porque o seu mérito é grande, e assim se tem evidenciado nos maiores êxitos de nossa reportagem internacional, o trabalho absorvente da feitura de uma revista coartava essa inteira liberdade de ação que à sua fecunda atividade jornalística se torna imprescindível” (*Ilustração*, 15 de outubro de 1931, p. 21). À revista juntam-se novos colaboradores, como João Ameal, José Gomes Ferreira, Rocha Júnior, Bernardo Marques (ilustrador), João Martins (fotógrafo), Platão Mendes (fotógrafo), Horácio Novais (fotógrafo), Carlos Queiroz e Carlos Ramos.

Com a direção de Arthur Brandão, a *Ilustração* retoma algumas das características originais. A *Crônica da Quinzena* volta a figurar nas páginas da revista. A partir de 1933, essa seção da revista é assinada por Samuel Maia que possui um discurso crítico e provocativo sobre os acontecimentos da época, mas que, aos poucos, é suavizado, também, em parte, devido à ação da censura a que eram submetidas às publicações da época. A partir de 1934, provavelmente para justificar a ação da censura, a revista passou a ostentar um pequeno aviso, talvez para o diretor e a empresa editora se justificarem perante censores, colaboradores e público: “Pelo caráter desta revista impõe-se o dever de registrar todos os acontecimentos e publicar artigos das mais diversas opiniões que possam interessar assinantes e leitores, a fim de se manter numa perfeita atualidade nos diferentes campos de ação. Assim é de prever que, em alguns casos, a matéria publicada não tenha a concordância do seu diretor.”

O último número da revista *Ilustração* foi publicado a 16 de dezembro 1939, com o mundo já mergulhado numa nova guerra mundial. Possui capa em tons de azul, com um quadro

com temática religiosa (“A apresentação”, de Hans Memling), como era habitual na segunda edição do mês de dezembro. Nesta última edição, a *Ilustração* possui características muito distintas dos primeiros números. A revista abre com a frase “A guerra prossegue com o seu vasto cortejo de horrores”, que dita o ritmo das demais páginas. O tom colorido com pinceladas de vermelho, que se figurara outrora, dá lugar ao predomínio do preto-e-branco, a condizer com a guerra que já há muito se estabelecera como o tema dominante em suas páginas.

Mesmo sem desenvolver de maneira aprofundada qualquer aspeto político nacional ou internacional, como era já uma característica da revista, lê-se muito sobre trincheiras, frente de batalha e violência. Essa falta de capacidade de dar a conhecer os factos que estabeleciam a realidade em que Portugal e o mundo se encontravam pode ser explicada pelo controlo que a ditadura portuguesa impunha sobre as notícias e publicações, para além de todas as limitações que uma guerra mundial poderia impor a qualquer país europeu.

Assim, neste último número, no lugar de falar de acontecimentos históricos que ocorriam naquele momento e que impactavam a vida de milhões de portugueses, a *Ilustração* traz três páginas dedicadas à tomada de Danzig pelo exército francês, no início do século XIX. Mesmo ao fazer uma pequena analogia com a I Guerra Mundial, “O que pensaria então Lefevre se tivesse podido ver o inferno de ‘sangue e de lama’ que foi a Grande Guerra?”, a autora, Eunice Paula, não faz nenhuma referência ao que se passava na atualidade coeva.

Assim, com o título “A *Ilustração* e guerra: a razão da suspensão temporária de nossa revista”, a publicação despedia-se dos seus leitores, acenando-lhes com a promessa, nunca concretizada, de um regresso: “a *Ilustração* não morre. Limita-se a suspender temporariamente a sua publicação até que os horizontes europeus se desanuviem e se entre naquela quadra de calma que sempre sucede às grandes convulsões”. Talvez se pensasse, como tinha ocorrido na alvorada da I Guerra Mundial, que o novo conflito seria breve.

No início da vida, a *Ilustração* intitulava-se “A revista portuguesa de maior tiragem e expansão” e terminou os seus dias como “A grande revista portuguesa”, um sinal de que, apesar de todas as dificuldades, revista tentava manter uma posição de destaque entre as publicações. Tendo durado até ao número de 16 de dezembro de 1939¹⁴, pode dizer-se que a revista teve bom acolhimento junto do público. A verdade é que Cunha Eça tinha razão. Terá sido, principalmente, a crise do papel a condenar a *Ilustração* ao desaparecimento, devido ao racionamento e aos constrangimentos nos abastecimentos provocados pela II Guerra Mundial. Talvez três razões estejam na base do sucesso editorial da publicação: a boa relação qualidade-preço; a aposta na informação “neutral”, no contexto da qual a foto-informação era privilegiada, o que lhe dava uma mais-valia mercadológica; e o facto de se apresentar como um produto novo, apetecível e alinhado com o seu tempo.

14 A Bertrand editou até 1975 um número anual da *Ilustração* para garantia de título.

No primeiro número de a *Ilustração*, a seguir à capa, a segunda página é composta por publicidade das livrarias Aillaud e Bertrand, editoras da publicação. Na página seguinte, a 5, há um texto de página inteira, sem fotos ou gravuras, não assinado (*Ilustração*: publicação quinzenal), onde a revista é apresentada ao público. Começando nessa página e prolongando-se pelas seguintes, são apresentados os nomes e fotografias dos 45 colaboradores iniciais (duas mulheres) da revista. Segue-se a capa interna, com a foto do Presidente da República, Bernardino Machado. A revista abre com a “Crónica da Quinzena”, um texto que faz uma crítica à sociedade da época. Na mesma página, há uma nota sobre a colaboração de José de Figueiredo. Seguem-se páginas de fotonotícias sobre acontecimentos ocorridos em Lisboa e no Porto. Depois, o leitor poderia encontrar na secção “Cidades, Vilas e Aldeias” quatro pequenos textos acompanhados por fotos. O primeiro fala sobre Leiria e o seu potencial turístico; o segundo versa sobre a beleza da Capela dos Clérigos, em Vila Real; e os textos seguintes descrevem a Sé de Viseu e o Reformatório de Fiel.

Na página sobre “Desportos” há quatro textos escritos em três colunas. O primeiro deles está assinado por José de Mello Breyner e nele expõe-se sobre como a secção de desportos será conduzida. No texto “O Jockey Club”, acompanhado por uma foto da égua Whitby e do Conde de Pinhel, a revista aborda as corridas de cavalos no Jockey Club de Lisboa e a importância das novas instalações, ainda por concluir. “O Novo Estádio das Amoreiras” faz referência à inauguração das modernas instalações do Campo das Amoreiras, obra realizada pelo Sport Lisboa e Benfica, e vem acompanhada por uma foto do estádio, que ocupa cerca de um terço da página. A última peça, intitulada “Um Atleta Desconhecido”, descreve as proezas de um jovem búlgaro que torceria ferro com os dentes e sobre a sua cabeça e que levantaria pesos extraordinários (o texto está acompanhado de uma foto com uma plataforma com 2000 quilos levantada pelo jovem).

Na secção “Estrangeiro” há seis fotografias com legendas, predominando, portanto, a iconografia sobre o texto. Destacam-se as notícias relacionadas com Paris: uma fotografia de Roland Garros e da inauguração de um monumento em sua homenagem, com a seguinte legenda: “Último retrato de Garros e inauguração em Paris, nos Campos Elísios, do monumento ao célebre ás da aviação francesa morto na guerra”; a seguir, duas fotografias mais pequenas de personalidades masculinas, com as legendas “O Sr. Henri, novo embaixador da França em Washington” e “O grande escritor inglês Rudyard Kipling, que se encontra gravemente enfermo”; ao fundo da página duas fotos que representam “Paris — O professor Joser-ski dando a sua primeira lição na Escola Superior de cozinha” e “Paris — O público em bicha à porta do estanco de tabaco, antes da subida de preço”.

A secção “Sociedade Elegante” é composta por duas páginas. Na primeira, a revista traz uma única notícia, com o título “Casamento Aristocrático”, referindo-se ao casamento de Maria de Lancastre e Alexandre de Almeida Garrett. A notícia vem acompanhada de cinco fotografias que representam detalhes do casamento. A página seguinte traz como tema “As

corridas de cavalos no Jockey Club do Campo Grande” e é composta por fotos (cinco) e legendas de personalidades e da assistência nos dias das corridas.

Depois, o leitor poderia encontrar nas próximas duas páginas (18 e 19) a secção “Feminina”, dedicada à moda e dicas domésticas. Na secção “Página Infantil” encontra-se uma banda desenhada assinada por Raquel, composta por cinco desenhos, que conta a história de um gato. A secção “Humorismo” é composta por um texto de uma página e assinado por André Brun. A peça, escrita em três colunas, tem como título “O desleal conselheiro” e está acompanhada de sete gravuras. Aqui a revista apresenta ao leitor uma história bem-humorada que explica como os jornais podem não ser confiáveis.

A secção “Cinematografia” é composta por duas páginas e combina texto e fotografia. Na primeira página, pode ler-se sobre a evolução do cinema no cenário mundial e como Portugal não tem acompanhado essa tendência. O texto, de uma única coluna, está acompanhado de três fotografias que ocupam quase dois terços da página. Na página seguinte, ainda da mesma secção, há seis fotografias com cenas de filmes e dois pequenos textos que falam da projeção de filmes na Ópera de Paris por determinação do Governo francês; e da produção do filme “Nôtre Dame de Paris”, pela Universal Pictures.

Na secção “A casa portuguesa” fala-se de arquitetura. O leitor encontra neste primeiro número da revista um texto assinado por Raul Lino com os direcionamentos para as publicações futuras. Nesta mesma página, encontram-se quatro fotografias com a temática: balcões, varandas e pátios. Na página seguinte, a 25, encontra-se a secção “Vida científica”, composta por dois textos distribuídos ao longo de três colunas. O primeiro deles, assinado por F. Mira e com o título “A morte e a ressurreição na Terra”, ocupa dois terços da página e fala sobre a radioatividade, o resfriamento ou o aquecimento da Terra e as consequências para os seres vivos (acompanhado de uma fotografia de Marie Curie no seu laboratório). Apesar de ser um texto científico, o autor cita elementos religiosos como o apocalipse, Jeová, Adão e Eva, para falar de uma possível extinção da vida na Terra e o seu ressurgimento milhões de anos mais tarde. A outra peça está intitulada “A Pedra Filosofal” e é assinada por Jess. Nela, poder-se-ia ler sobre a ambição do homem para produzir ouro artificialmente. Assim como no primeiro texto, o autor faz referência ao elemento químico rádio “com suas maravilhosas propriedades” e chega a citar que algumas pessoas já teriam sido capazes de produzir, em laboratório, pequenas quantidades de ouro. O texto termina com o autor a duvidar do resultado da experiência e a sugerir que, quiçá, faria parte dos aparelhos usados na mesma.

“Sensacional romance americano, cujo extraordinário êxito se avalia pela tiragem de 2.700.00 exemplares atingida nos Estados Unidos”. Assim se inicia a secção seguinte, que apresenta duas páginas do livro *Letra Encarnada*, de Nathaniel Hawthorne (três colunas, com uma gravura ao centro). O romance continua no próximo número da revista.

A secção seguinte, “Colónias portuguesas”, tem uma única peça intitulada “Vida colonial”, assinada por Armando Cortesão e constituída por duas páginas que combinam texto

(em três colunas) e fotografias (dez). O leitor encontra nestas páginas informações que desmistificam uma visão limitada do que é a vida colonial. “Livros e escritores” é a secção seguinte, composta por duas páginas com fotografias e textos em três e duas colunas. A primeira página trata da crise que as publicações francesas atravessavam, ocasionada pelo excesso de produção, algo que também ocorreria em Portugal, pois “publica-se demais”. A segunda parte do texto homenageia Carolina Michaelis de Vasconcelos e Elísio de Carvalho, escritores recentemente falecidos (fotos de perfil).

A página seguinte, a 31, apresenta uma foto de Eça de Queirós e um texto que pede a colaboração a “homens de letras” para falarem sobre “Os livros póstumos de Eça de Queirós”. Mais abaixo há cinco pequenos textos sem fotografia ou gravura dos colaboradores Antero de Figueiredo, Aquilino Ribeiro, D. João de Castro e João Grave. A secção “Teatro” apresenta a peça “Miragem”, de Carlos Selvagem, em cartaz no Teatro Nacional. Apresenta duas fotografias (uma masculina e outra feminina) e texto em três colunas, traz algumas críticas da obra e descreve as principais características da peça.

A página seguinte é totalmente ocupada pela fotografia de uma pintura com a seguinte legenda: “Pintura portuguesa do primeiro quartel do século XVI (atribuída a Gregório Lopes), pertencente ao antigo retábulo de Santa Auta, da igreja de Madre de Deus. Hoje no Museu Nacional de Arte Antiga”. Na página 34 a revista *Ilustração* traz a secção “Música”. Dois textos, em três colunas, vêm acompanhados de três fotografias do interior do Teatro dos Campos Elísios. No primeiro texto, o autor, F. de L., faz uma crítica ao facto de Lisboa não ter um lugar que seja propriamente dedicado a concertos (falta de modernidade, longas bichas, cadeiras desconfortáveis, corredores tortuosos) e aponta como ideal o exemplo francês desse teatro. O segundo texto, não assinado, faz uma crítica do festival da “Sociedade Internacional de Música Moderna”, em Veneza.

“Passatempo” é uma secção que combina gravuras (duas) e textos em três colunas. Aqui o leitor se divertiria com os jogos e gravuras com viés humorístico.

Na página 36 está a última secção da revista, “Bibliografia estrangeira”, cujo objetivo é informar o leitor sobre nova literatura estrangeira. As indicações estão organizadas nas seguintes temáticas: Literatura inglesa traduzida para francês, registo bibliográfico, história e medicina.

Ao fundo da página 36 há informação sobre os preços da assinatura da revista *Ilustração* no continente e ilhas, nas colónias, em Espanha, e no estrangeiro, por trimestre, semestre e ano. Nas últimas duas páginas da revista há publicidade às livrarias Aillaud e Bertrand (livros infantis e *História Universal*).

O último número de a *Ilustração* possui 32 páginas e trazia uma capa em tons de azul com o quadro com temática religiosa (A Apresentação, de Hans Memling). As três páginas seguintes são dedicadas à publicidade.

A revista abre com um texto de página inteira, sem fotos ou gravuras, escrito em três colunas e não assinado, onde se despede do público. As três páginas subsequentes são

compostas pelas fotonotícias, fotos acompanhadas de breves legendas sobre atos oficiais do Presidente da República e soldados escoceses construindo trincheiras na frente de batalha, durante a II Guerra Mundial. Depois, o leitor encontraria três páginas dedicadas à poesia. Na primeira delas, uma peça assinada por Gomes Monteiro sobre a vida do escritor Jessé de Almeida e também o seu poema “Altar da Pátria”. Nessa página há um retrato do poeta e, ao fundo, rebanhos de ovelhas a pastar no campo. As duas outras páginas estão preenchidas por uma crítica literária de Manuel Anselmo à poesia de Jorge de Lima. Aqui, mais uma vez o texto vem acompanhado de uma pintura do busto do poeta e uma foto do autor da peça.

Sob o título “A violência nunca pode ser vitória”, assinado por Mercedes Blasco e acompanhado, ao fundo de toda a página, de um quadro que representa uma cena de guerra, encontramos três matérias que refletem sobre a submissão por meio do exercício da violência. “O Dia da Mocidade”, matéria seguinte, é uma fotorreportagem ancorada em três fotografias sobre a comemoração do Dia da Mocidade Portuguesa.

Nas três páginas seguintes, assinadas por Eunice Paula, a *Ilustração* traz uma descrição de como se deu um acontecimento histórico do século XIX: a tomada de Dantzig pelo exército francês, mais de um século antes. Em “Figuras e Factos”, encontramos seis fotografias e, uma vez mais, uma secção dominada pela imagem. A primeira foto refere-se à sessão solene realizada na Academia das Ciências por ocasião do centenário de Júlio Dinis. Logo abaixo, ao centro, na maior foto da página podemos ver o Chefe de estado na inauguração do Casino Estoril e, ao fundo da página, quatro retratos de quatro escritores que lançaram recentemente novas publicações em Portugal.

A seguir, a rubrica “Recordações e apontamentos” ocupa duas páginas da revista. Escrita por Lopes de Oliveira, nela se narra, em primeira pessoa, numa espécie de autobiografia, o seu percurso académico e outros trechos do seu curso de vida. Essa peça traz três fotos de Coimbra e um retrato do autor em jovem.

As duas matérias seguintes ocupam, mais uma vez, páginas duplas. A primeira, intitulada “Vistas da heroica Finlândia”, com domínio da imagem sobre o texto, refere-se à luta “heroica” dos finlandeses contra os soviéticos, no contexto da II Guerra Mundial. A segunda, biografava o político britânico Hore-Belisha, ministro da Guerra britânico na alvorada da II Guerra Mundial.

Na secção “Vida Elegante” não há fotografias, predominando, portanto, o texto verbal sobre a iconografia, com notícias sobre casamentos em famílias com destaque social e uma festa beneficente organizada por senhoras da alta sociedade portuguesa.



Figura 28
 Ilustração, 16 de dezembro de 1939, pp.18 e 19.
 Fonte: reprodução dos originais.

A página seguinte traz fotografias sobre a comemoração do 1.º de dezembro e é seguida de duas páginas dedicadas à relação de Napoleão Bonaparte e sua esposa Josefina. A página 26 traz duas notícias: a primeira sobre o sucesso do incentivo do Estado Novo à produção de vinho verde e a segunda sobre a nova bandeira da Albânia “hasteada por duas jovens fascistas e vanguardistas albanesas por entre as aclamações entusiásticas da multidão” (*Ilustração*, 16 de dezembro de 1939, p. 26).

Em “História Muito Antiga”, Maria de Eça traz à tona no tema do Natal ao falar sobre o nascimento de Jesus e, nas páginas 28 e 29, a mesma autora fala sobre moda, mas também há textos sobre maternidade, beleza e o horror da guerra para os órfãos polacos.

A secção seguinte, com o nome de “Charadística,” tem como objetivo a prática de “desporto mental”, com a apresentação de enigmas aos leitores. Nessa mesma página há a apresentação com foto e nome de 32 charadistas que colaboraram ao longo dos anos nesta secção.

Mais uma vez o último número de a *Ilustração* faz referência à guerra, ao apresentar fotos e gravuras a ocuparem toda uma página, intitulada “Visões da guerra”. As próximas duas páginas são ocupadas pela secção “Quinzena desportiva”, que combina textos e fotografias, principalmente sobre futebol e ginástica. A última secção, “Fim de Semana”, traz ao leitor de *Ilustração* uma página cheia de curiosidades e jogos de entretenimento.

Antes de três páginas de publicidade, com que termina o último número regular da revista, a administração da *Ilustração* dirige-se “aos leitores, assinantes e amigos” nos seguintes termos:

Suspende, com este número, a publicação da *Ilustração*. Circunstâncias várias — como o encarecimento das gravuras, 50% de aumento, o agravamento do preço e a dificuldade de obter o papel *couché*, que se não fabrica em Portugal, forçaram a administração desta revista a tomar esta resolução. Reaparecerá quando a anormalidade que o mundo atravessa o permitir. Entretanto endereçamos a todos os nossos assinantes, anunciantes e colaboradores, o nosso sincero agradecimento pelo auxílio e pelos obséquios que nos dispensaram durante 14 anos decorridos da *Ilustração*. (*Ilustração*, 16 de dezembro de 1931, p. 29)

2.4. O caso particular de uma revista de infopropaganda portuguesa: *Portugal na Guerra*

Durante a I Guerra Mundial, as potências beligerantes publicaram periódicos de infopropaganda, destinados a fazer propaganda do seu esforço de guerra para surpreender aliados e inimigos e convencerem as respetivas populações da justeza da participação no conflito e da necessidade de sacrifícios — humanos, materiais e financeiros.

Portugal, que entrou oficialmente na conflagração europeia em 1916, mas que já estava indiretamente envolvido no conflito desde 1914, também teve uma revista de infopropaganda, intitulada *Portugal na Guerra*. Não foi publicada em território português, mas sim em França, onde terá circulado mais do que em Portugal, sob os auspícios do Governo português. Traz-se o caso à narrativa dado tratar-se de uma singularidade no panorama das revistas portuguesas, já que, nela, a informação esteve claramente subjugada a um propósito propagandístico.

A revista *Portugal na Guerra* foi, pois, idealizada para, seguindo o exemplo de várias publicações similares publicadas pelos beligerantes¹⁵, propagandear o ponto de vista do Governo português sobre a participação militar portuguesa na Grande Guerra e, em especial, sobre o envio do Corpo Expedicionário Português (CEP) para França. Efetivamente, *Portugal na Guerra* apresentava-se, na sua forma, se não como um produto jornalístico (tendo-se em

15 Os britânicos, por exemplo, foram pródigos na publicação de revistas ilustradas propagandísticas que, apresentando-se como um produto jornalístico similar a tantos outros, misturavam informação com propaganda, para disseminarem o ponto de vista britânico sobre a Grande Guerra e sobre a marcha dos tempos. Uma delas foi *O Espelho*, uma publicação dirigida para Portugal e para o Brasil, oficialmente editada por uma empresa, mas, efetivamente, elaborada sob a égide do War Propaganda Bureau (Sanders, 1975; 1982; Novais, 2013; Sousa, 2015 b e 2015c).

conta o que então se considerava ser o jornalismo), pelo menos como uma revista ilustrada semelhante a outras que então eram publicadas pelo mundo fora, apesar de ostentar na capa o selo da República Portuguesa, o que lhe dava um cunho oficial.



Figura 29 e 30
Capa frontal e capa interior do primeiro número da revista *Portugal na Guerra*.
Fonte: reprodução dos originais.

A revista *Portugal na Guerra* foi publicada entre junho de 1917 e janeiro de 1918, num total de oito números, de periodicidade irregular. Foi dirigida pelo ilustrador e pintor Augusto Pina, que se movia nos círculos artísticos e intelectuais portugueses em Paris, onde estudou Belas-Artes. É interessante notar este facto — o governo português colocou um homem da arte e do teatro, e não um jornalista, a dirigir uma revista ilustrada de propaganda de guerra.

Escrita, esmagadoramente, em português, a revista *Portugal na Guerra* incluía, não obstante, pequenas notas em francês, tais como: legendas, títulos e o cartaz de espetáculos em Paris. Pode concluir-se que a revista pretendia fazer compreender alguns dos seus conteúdos aos franceses e aos falantes de francês que pudessem ter a oportunidade de a folhear, mas um dos seus públicos-alvo seriam os próprios portugueses em França, nomeadamente os intelectuais, artistas, diplomatas e outras altas individualidades da política e dos negócios e os

oficiais — muitos deles filhos de proeminentes republicanos — destacados como intérpretes e agentes de ligação na capital francesa. Eram eles que podiam usar as informações sobre os espetáculos em Paris para, longe da *malta das trincheiras*, poderem levar uma vida boémia.

Nitidamente projetada para ser quinzenal, conforme revelam as informações sobre os preços das assinaturas na ficha técnica, a revista *Portugal na Guerra* teve esta periodicidade em junho de 1917 e entre setembro e outubro de 1917. Os últimos números, de novembro de 1917 a janeiro de 1918, tiveram, já, periodicidade mensal. Não se publicou em julho e agosto de 1917.

Uma vez que o fim da publicação da revista coincidiu com a ascensão de Sidónio Pais ao poder em Portugal, no final de 1917, a causa mais provável para a morte da *Portugal na Guerra* terá sido o fim do financiamento e a falta de interesse do novo poder, mais interessado em promover a figura do novo Chefe-de-Estado.

A revista *Portugal na Guerra* tinha, normalmente, 16 páginas de 38,5 cm de altura por 28,5 cm de largura, excluindo-se a capa, a contracapa e os respetivos versos. A capa, que ostentava, simbolicamente, o escudo da República Portuguesa, conferindo-lhe um estatuto oficial, ou, pelo menos, oficioso, foi sempre impressa em papel colorido verde e, por vezes, incluiu palavras grafadas a cor, como aconteceu com a palavra Portugal do próprio título da revista. O interior foi composto a preto-e-branco, mas, no primeiro número, incluiu uma reprodução colorida de uma aguarela da autoria do seu diretor. Os anúncios publicitários também apresentavam, por vezes, elementos coloridos, suscetíveis de promover a atenção do leitor. No interior de cada número, a revista inseria uma primeira página que repetia o tema forte apresentado na capa — a apresentação do perfil de um líder português ou aliado ou, nos casos dos números 5 e 6, a visita presidencial a França.

A ficha técnica da revista *Portugal na Guerra* revela que se publicava em Paris (sede no n.º 3 da rua de Villejust) e que o secretário de redação era José de Freitas Bragança, que assinou alguns dos textos como J.B, incluindo várias crónicas sobre o quotidiano parisiense em tempo de guerra.

As fotografias em França ficaram a cargo do fotógrafo Arnaldo Garcês, colaborador regular da imprensa e um dos introdutores do fotojornalismo em Portugal, sendo dele o mais impressionante conjunto de imagens do quotidiano dos expedicionários portugueses. Em Portugal, o correspondente fotográfico era Carlos Alberto Lima, também ele colaborador regular da imprensa — mas a revista não publicou fotografias de Portugal, só de portugueses.

A revista apregoava que tinha a “colaboração literária dos mais notáveis escritores portugueses e estrangeiros”, “colaboração artística dos maiores artistas portugueses” e ainda “cartas das principais capitais do mundo”. Mas o contributo literário reduziu-se a vários autores menores da literatura e do jornalismo: entre outros, o jornalista republicano Mayer Garção; o jornalista, escritor e diplomata republicano Alfredo de Mesquita Pimentel; o jornalista, dramaturgo, cronista e militar republicano André Brun, sob o pseudónimo misterioso Capitão X (a sua identidade é revelada no n.º 4, p. 6); o jornalista José Paulo Fernandes; o

jornalista republicano Xavier de Carvalho, que há largos anos vivia em Paris e que foi um dos expoentes da causa “guerrista”; e o jornalista, jurista e escritor Alberto de Sousa Costa.

Por seu turno, caso se descontem as fotografias, o contributo “artístico” reduziu-se a uma aguarela colorida do diretor da revista, Augusto Pina, intitulada “Porta-bandeira português na guerra”, e a um retrato colorido do comandante do CEP, general Tamagnini, da autoria do pintor Ferreira da Costa.

A revista aceitava assinantes de França, de Portugal e do Brasil, sinal que se destinava a públicos destes países. Aliás, a revista tinha agentes distribuidores em Lisboa (Victor Melo) e no Rio de Janeiro (Casa A. Moura).

O preço das assinaturas e dos números avulsos não variou enquanto a revista foi publicada, apesar da inflação. Um número custava 30 centavos em Portugal, um franco em França e 1500 réis no Brasil. Curiosamente, os preços das assinaturas — igualmente disponíveis para França, Brasil e Portugal — revela que estava prevista a publicação de mais edições da revista *Portugal na Guerra* do que aquelas que saíram. Efetivamente, conforme se pode ver na tabela 3, a publicação teve oito números, de periodicidade irregular, entre junho de 1917 e janeiro de 1918 (oito meses). Embora a revista não tivesse sido publicada em julho e em agosto de 1917, em junho deste ano foram publicados os dois números previstos, tal como em outubro. Mas a ficha técnica revela que se previa que a revista fosse quinzenal e durasse bastante mais tempo do que durou. Uma assinatura de um ano (24 números) custava 6\$30 para Portugal, 21 francos para França e três mil réis para o Brasil. Uma assinatura de seis meses (12 números) ficava por 3\$30, em Portugal; 16\$00, no Brasil; e 11 francos, em França. Finalmente, uma assinatura de três meses custava 1\$80 em Portugal e 6 francos em França, não estando esta modalidade prevista para o Brasil.

A indicação do preço da revista em francos, escudos e réis também contribui para demonstrar que a publicação se destinava aos portugueses e lusófonos que estavam em França, em Portugal e no Brasil. Demonstra, igualmente, que a comunidade portuguesa no Brasil mantinha fortes laços com Portugal. Aliás, foi publicada pela União dos Portugueses no Brasil, organização sedeadada no Rio de Janeiro, uma revista autodesignada “patriótica” igualmente intitulada *Portugal na Guerra*.

Os anúncios, sempre inseridos na contracapa e no respetivo verso, publicitavam casas comerciais como os alfaiates Victorino, especialistas em fardas para o exército português; os grandes-armazéns Printemps, que tinham um representante em Lisboa; um intermediário-comissionista francês de negócios na Europa; a tipografia parisiense Lux, onde se imprimia a revista *Portugal na Guerra*; uma editora de Paris; os jornais de modas da casa A. Moura, do Rio de Janeiro, agência da revista para o Brasil; e um suplemento para gasolina e petróleo de uma empresa americana.

O anúncio à Tipografia Lux poderá ter resultado de um acordo entre a revista e quem a imprimia, eventualmente em contrapartida por uma diminuição do preço da impressão. Os

anúncios da casa A. Moura, do Rio de Janeiro, agente da revista no Brasil, também podem ter sido uma contrapartida negociada no âmbito do acordo de representação.

Ao longo do tempo, as capas da revista *Portugal na Guerra* foram relativamente uniformes. Um retrato de uma personalidade política portuguesa ou aliada constituiu sempre o foco, com a variante de os números 5 e 6 se centrarem na visita presidencial de Bernardino Machado a França e ao CEP, durante a qual condecorou soldados portugueses (n.º 6) e visitou Verdun acompanhado pelo presidente francês (n.º 5). No primeiro número, apresenta-se um sumário dos conteúdos textuais e iconográficos, à esquerda, o que permitia ao potencial comprador inteirar-se sobre os conteúdos que lhe seriam oferecidos no interior da revista. Mas esta opção editorial e de design caiu logo no segundo número. A partir do número 2, efetivamente, a coluna da esquerda passou a ser usada para informações administrativas (reproduzidas, no interior, na ficha técnica — como a sede, o agente de distribuição em Portugal e o preço) e para a promoção da própria revista, que salientava a “colaboração literária de escritores portugueses e estrangeiros” e a cobertura fotográfica “do serviço especial junto do Corpo Expedicionário Português em França” (leia-se, Arnaldo Garcês), “com a colaboração dos melhores artistas portugueses e estrangeiros”. Os fotógrafos, registe-se, eram considerados artistas, mais do que fotojornalistas. O fotojornalismo ainda não se tinha instituído como profissão em Portugal, nem sequer o jornalismo (havia uma grande indefinição entre o jornalismo como profissão e o jornalismo como ocupação).

No primeiro número da revista, o texto de apresentação aos leitores — curiosamente, não assinado — refere que o propósito da publicação seria “documentar a intervenção militar dos portugueses na maior conflagração de que há memória na história da humanidade”, daí a escolha do título *Portugal na Guerra*. Mas a revista também tinha por finalidade — e aqui enuncia-se o seu viés propagandístico — “manter elevado o espírito nacional, pelo exemplo glorioso dos seus”. Por outras palavras, segundo os redatores da revista, poderia esperar-se dela que apontasse para o exemplo dos soldados portugueses como símbolo da “revelação de energia” de Portugal, país que renascia “para as recompensas da consideração que se devem aos povos vigorosos”. Esta é a chave para a leitura política do texto: a participação de Portugal na guerra, apesar dos sacrifícios, destinava-se a salvaguardar os interesses nacionais. A revista não clarifica esses interesses, mas à frente deles estavam, certamente, a defesa das colónias — entendidas como uma espécie de retaguarda estratégica necessária à sobrevivência do país e parte integrante do todo nacional — e a defesa da forma republicana de regime.

Por que razão seria necessário, por outro lado, proceder à documentação da participação portuguesa na guerra em curso na Europa? No mesmo texto encontra-se a resposta: a magnitude histórica da I Guerra Mundial, para o mundo e para Portugal, de tal forma que o autor do texto diz que no futuro “a posteridade se inclinará curiosa e comovida sobre as devastações e as carnificinas a que estamos assistindo”. E nisto tinha razão.

As razões do nosso empreendimento contêm-se na própria magnitude do acontecimento que o inspira. A guerra, em si mesma, é um facto de tal natureza grande que preencherá por largos séculos a imaginação dos homens. Já da época em que vivemos não restará senão uma apagada lembrança e ainda a posteridade se inclinará curiosa e comovida sobre as devastações e as carnificinas a que estamos assistindo. O futuro falará desta guerra e dos seus furores como hoje se fala da invasão dos bárbaros, do cristianismo ou da reforma.

Mas se a guerra em si mesma é um facto de consideráveis proporções em relação à história do mundo, a guerra que nós próprios vamos fazer com os nossos soldados, em campos de batalha comuns, é, em relação à nossa história, um acontecimento de tamanha grandeza que podemos considerá-lo único nos anais da nacionalidade. (*Portugal na Guerra*, n.º 1, p. 2).

A participação portuguesa na Grande Guerra seria encarada, pois, como um acontecimento único na história do país, já que “Pela primeira vez e no decurso da sua longa história” Portugal saía “da sua cena para a vastidão da cena política universal”. O país iria lutar fora das fronteiras, “ao lado das mais poderosas nações do mundo”, para defender uma “causa (...) de todos”. Obviamente, *o todos*, aqui, refere-se, retoricamente, aos aliados, não às potências centrais.

O texto enfatiza, num sentido legitimador, o esforço nacional singular que o país fazia — e que o arruinou — para lutar em África e na Europa contra as potências centrais:

Constitui um exército capaz de combater ao mesmo tempo no continente e nas colónias, manda sessenta mil homens para França, trinta mil para África e encontra ainda nas suas reservas os elementos constitutivos e uma guarnição territorial. Este exército é exclusivamente nacional. (...) São portugueses os seus oficiais, são portugueses os seus soldados e o mesmo pano dos uniformes que veste é português. (*Portugal na Guerra*, n.º 1, p. 2)

O redator do texto, possivelmente José de Freitas Bragança ou Augusto Pina, aponta, finalmente, para os custos da guerra — para as “devastações” e para as “carnificinas” em que os soldados portugueses iriam participar. Mas a revista não mostrará os mortos nem os feridos, embora tenha dado conta da “devastação” provocada pela guerra no património edificado, especialmente através de imagens.

Curiosamente, no primeiro número da revista aparece um outro curto texto dirigido “Ao leitor” (n.º 1, p. 15) que se referia às “dificuldades sem conta” com que se lutava para lançar uma publicação da natureza da revista *Portugal na Guerra*, que não estavam “inteiramente vencidas”. Adiantava o texto que “prestes a entrar nos prelos”, o primeiro número tinha sofrido “o contratempo de uma greve”. Prometia-se, no entanto, que os contratemplos não seriam “a última palavra” nos “esforços” para lançar a revista. O texto termina realçando, mais uma vez, a colaboração “dos mais distintos escritores portugueses” e de Arnaldo Garcês na “documentação fotográfica dos nossos campos de batalha”.

Depois de um tempo de suspensão da publicação, a revista voltou ao contacto com os leitores com o número 3, datado de 15 de setembro de 1917. Justificou, então, num texto dirigido especificamente “Ao leitor”, a interrupção na publicação por motivo de “dificuldades materiais quase insuperáveis”, “contrariedades e prejuízos graves” (n.º 3, p. 15). Nesse mesmo texto, a revista anuncia que terá, doravante, “a colaboração artística dum novel pintor português que, atualmente junto das nossas tropas, nos enviará os seus flagrantes croquis”. Tratar-se-ia, provavelmente, de Adriano de Sousa Lopes, o pintor que viajou até às trincheiras para pintar o CEP, mas ele nunca chegou a ver publicados trabalhos seus na *Portugal na Guerra*. De qualquer modo, fica a referência à possibilidade de colaboração de Sousa Lopes que os responsáveis da revista — e possivelmente o ministro da Guerra, Norton de Matos, que montou a máquina de propaganda de guerra portuguesa — equacionaram.

O texto “Ao leitor” é também relevante por outro motivo: insere excertos de cinco cartas — em francês — recebidas na redação, duas de publicações francesas e três de políticos e jornalistas franceses. Estas cartas são reveladoras de que os notáveis e os periódicos franceses se incluíam entre os públicos-alvo da revista e que esta lhes chegava gratuitamente.

As cartas de *La Revue* e do *Excelsior* anunciam o nascimento da revista “de propaganda” (*Excelsior*) *Portugal na Guerra* e cumulam de elogios o “grande artista português” (*La Revue*) Augusto Pina, que a dirigia e tinha fundado. O *Excelsior* agradece mesmo os “documentos fotográficos” relativos ao CEP que publicou e que lhe terão sido remetidos pela revista ou reproduzidos a partir dela (provavelmente, fotografias de Arnaldo Garcês). As cartas dos políticos e jornalistas agradecem o envio da revista e felicitam a iniciativa. O literato e cronista Philias Lebesgue, um mediterrânico que se subscreve como “um velho amigo de Portugal”, anuncia que iria referir-se à revista *Portugal na Guerra* na sua próxima crónica no *Mercure de France* e que a usaria num estudo sobre o combatente lusitano que estaria a preparar. O antigo ministro e senador Jules Goden sublinha o seu interesse testemunhal. O jornalista e sociólogo francês Jean Finot, de ascendência polaca, sócio-correspondente da Academia Brasileira de Letras, salientava que a *Portugal na Guerra* se distinguiu positivamente dos restantes periódicos similares criados durante a guerra.

A revista quis, portanto, propagandear o esforço de guerra português junto da imprensa francesa, com quem procurou estabelecer laços e à qual forneceu fotografias do CEP, e junto dos notáveis da política e do jornalismo em França. Por essa razão, a revista publicou apontamentos em francês.

Um texto intitulado “A nossa revista”, publicado no sétimo número, salienta que era “pela imagem” que a publicação teria “feito conhecer (...) o heroico esforço militar português em França” e o “panorama curioso” da cooperação militar portuguesa (n.º 7, p. 7). Os editores de *Portugal na Guerra* desejavam, portanto, afirmá-la como uma revista ilustrada, capaz de documentar — e de *propagandear* — fotograficamente a presença dos expedicionários portugueses em França, e estavam autoconvencidos dos seus “patrióticos esforços”. É nesse

quadro que se compreende a política de difusão gratuita da revista junto das altas individualidades francesas e da imprensa de França:

Tem sido para nós extremamente honroso as cartas que temos continuado a receber (...), constituindo um público testemunho de alto apreço aos nossos patrióticos esforços. No mês findo, mandámos encadernar luxuosamente (...) um certo número de coleções do *Portugal na Guerra* para oferecer a algumas notabilidades francesas na política, na ciência e nas artes. Recebemos as mais requintadas frases de agradecimento (...). O senhor Presidente da República Francesa (...), o senhor (...) presidente da Câmara dos Deputados, o senhor Painlevé, sábio membro do Instituto de França e ex-presidente do Conselho de Ministros, o senador e ex-ministro Jules Godin, o ex-ministro e ilustre economista Yves Guyot, todas essas notabilidades francesas nos enviaram cartas (...) agradecendo as coleções oferecidas. Ainda há pouco recebemos outra carta do eminente jurisconsulto francês (...) Edouard Clunet, agradecendo também a nossa revista.

Muitas folhas parisienses e departamentais se têm referido à nossa publicação com elogio. E dos principais membros da colónia portuguesa em Pais temos igualmente recebido palavras (...) de muito apreço. A nossa publicação obteve mesmo um grande sucesso em colónias distantes, porque entre os jornais que à nossa revista se têm referido destacamos uma folha de Tonkim¹⁶! A imprensa brasileira cita-nos amiudadas vezes e temos visto transcrições de artigos da nossa revista nos quotidianos mais lidos do Rio, de São Paulo, de Minas e do Pará. (*Portugal na Guerra*, n.º 7, p. 7)

A revista *Portugal na Guerra* teria sido, em consequência, encarada pelos poderes públicos portugueses — designadamente, com bastante probabilidade, por Norton de Matos, ministro da Guerra — como um instrumento de propaganda nacional quer junto da nata dos portugueses em Paris quer junto dos restantes aliados, nomeadamente junto dos franceses. A publicação serviu, pois, para relembrar continuamente aos aliados o esforço de guerra português para que, quando a guerra terminasse, o Governo português pudesse reivindicar para o país as justas contrapartidas, em especial o direito à manutenção das colónias.

16 O redator refere-se, possivelmente, à região vietnamita de Tonquim — o Vietname era, então, uma colónia francesa (Indochina Francesa).

Bibliografia

- Banco de Portugal (s. d). Arquivo Histórico. Banco Angola e Metrópole. <https://www.bportugal.pt/arquivo/details?id=17416>.
- Correia, R. (2007). Ficha histórica de *Domingo Ilustrado*. <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/DomingoI.pdf>.
- Correia, R. (2009). Ficha histórica de *Ilustração*. <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/Ilustracao.pdf>.
- Henriques, L. N. P. (2015). *Ilustração: imagem da Modernidade em Portugal*. [Tese de doutoramento. Universidade de Barcelona]. <http://hdl.handle.net/2445/66422>
- Lemos, M. M. (2006). *Jornais diários portugueses do século XX: um dicionário*. Ariadne Editora.
- Lúcio, J. & Marques, F. (2010). A Pobreza em Lisboa na I República. https://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/A_POBREZA_EM_LISBOA_NA_I_REPUBLICA_VERSAO_FINAL1.pdf
- Matos, A. C. (2014). Ficha histórica de *Portugal na Guerra*. <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/PortugalNaGuerra.pdf>
- Matos, A. C. de (2017). A imprensa na I República Portuguesa: constantes e linhas de força (1910-1926), in J. P. Sousa, H. Lima, A. Hohlfeldt & M. Barbosa (Orgs.), *Uma história da imprensa lusófona. Portugal* (pp. 233-310). Media XXI.
- Novais, N. M. (2013). *A imprensa portuguesa e a Guerra. 1914-1918. Os jornais intervencionistas e anti-intervencionistas. A ação da censura e da propaganda*. [Tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10362/10797>
- Proença, M. C. (2015). *Uma história concisa de Portugal*. Temas e Debates — Círculo de Leitores.
- Rocha Martins (1942). *Pequena história da imprensa portuguesa*. Inquérito.
- Rocha, C. (1985). *Revistas literárias do século XX em Portugal*. INCM.
- Rosado, N. (1966). *A imprensa*. Ministério da Educação Nacional — Direção-Geral do Ensino Primário.
- Seabra, J. (1996). Gerações e revistas culturais na Primeira República. *Boca do Inferno*, 1: 13-29.
- Sousa, J. P. (2013). *A Grande Guerra: uma crónica visual (parte I). Estudo do discurso em imagens da Ilustração Portuguesa (1914-1918)*. Media XXI.
- Sousa, J. P. (2015a). *A Grande Guerra: uma crónica visual (parte II). Estudo do discurso iconográfico da Ilustração Portuguesa (1914-1918)*. Media XXI.
- Sousa, J. P. (2015b). *O Espelho: Infopropaganda ilustrada britânica para Portugal e para o Brasil durante a I Guerra Mundial*, in J. P. Sousa (org.), *Balas de papel. A imprensa ilustrada e a Grande Guerra (1914-1918). Estudos sobre revistas de Portugal, Brasil e Espanha* (pp. 11-206). Media XXI.
- Sousa, J. P. (2015c). *Portugal na Guerra: infopropaganda ilustrada portuguesa na I Guerra Mundial*, in J. P. Sousa (org.), *Balas de papel. A imprensa ilustrada e a Grande Guerra (1914-1918). Estudos sobre revistas de Portugal, Brasil e Espanha* (pp. 207-316). Media XXI.
- Sousa, J. P. (2017a). *Veja! Nas Origens do Jornalismo Iconográfico em Portugal: Um Contributo para uma História das Revistas Ilustradas Portuguesas (1835-1914)*. Media XXI.
- Sousa, J. P. (2017b). A imprensa portuguesa durante a Monarquia: das origens a 1910, in J. P. Sousa, J. P., H. Lima, H., A. Hohlfeldt & M. Barbosa (orgs.), *Uma História da Imprensa Lusófona. Portugal* (pp. 13-210). Media XXI.
- Tengarrinha, J. (1989). *História da imprensa periódica portuguesa*. Caminho.
- Tengarrinha, J. (2006). *Imprensa e opinião pública em Portugal*. MinervaCoimbra.
- Tengarrinha, J. (2013). *Nova história da imprensa portuguesa. Das origens a 1865*. Círculo de Leitores.